

QUEM SOMOS? MAIO DE 68: A REVOLTA DA *ORDEM* CONTRA AS INSTITUIÇÕES¹

*Luís Salgado de Matos**¹

Em Maio de 1968, os estudantes ocuparam a Sorbonne em Paris e as ruas em França. Os operários juntaram-se-lhes e ocuparam as fábricas. Eram, e de certeza pareciam, revolucionários ousados e de um tipo novo. As suas acções despertavam-nos a imaginação. A topologia favorecia-os. Paris ainda era a capital cultural da Europa e a Sorbonne um lugar mítico do saber; a inovação, a radicalidade, a beleza do idioma e dos cartazes dos manifestantes interpelavam-nos. Todos pinchávamos as paredes parisienses. Maio de 68 foi a libertação de cada um de nós.

O apelo pessoal

Foi assim em França, claro. Ouçamos Michel Wieviorka, hoje um grande sociólogo e então um estudante universitário, evocar Maio de 1968: «implico-me com paixão. Não falho a mais insignificante manifestação. Passo todos os serões na rua. Participo em todas as reuniões e discussões. Vou a qualquer local onde a mais improvável coisa seja susceptível de acontecer em Paris. Vivo um momento de libertação, mesmo se não partilho tudo».

Para muitos jovens portugueses, foi também uma libertação pessoal.

O apelo pessoal do Maio de 68 foi tão forte que um grupo de estudantes – entre os quais o Jorge Silva Melo, a Eduarda Dionísio, a Margarida Seromenho, o Luís Miguel Cintra – deliberou ir em peregrinação, que por isso adivinhávamos cansativa e incómoda, à fonte viva da revolução imaginativa. Na Grã-Fina, uma universidade alternativa debatia todos os dias os *Le Monde* e a edição quotidiana do *L'Express*: o José Luís Nunes, o Jaime Gama, a Alda, o Serras Gago, os Júlices, a

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

¹ Versões anteriores beneficiaram dos comentários de Catarina Figueiredo Cardoso, Jean Jourdeil e Maria do Carmo Moser.

Eduarda, às vezes o Jorge Silva Melo, outros mais, o Luís Filipe Castro Mendes, por exemplo. A interpelação de Maio de 1968, porém, não foi tão forte que nos tivesse levado a esquecer os deveres escolares. Primeiro, fizemos os exames. Embora logo em Maio tivesse havido sonhos de uma perninha de turismo revolucionário.

Maio de 68 foi «animado pelo optimismo e por uma fé visionária na melhoria da sociedade», ensinou Alain Touraine.

*

Actualidade e relevância de Maio de 68

Maio de 1968 conserva actualidade. Se não conservasse, na recente campanha eleitoral para a Presidência da República Francesa, o candidato vencedor, Nicolas Sarkozy, não teria sentido a necessidade de referir essa data icónica – ainda que para condenar os «herdeiros de Maio de 68», que «procuraram fazer-nos crer que o aluno valia tanto como o mestre, que era necessário não dar notas para não traumatizar os maus alunos e, sobretudo, que nenhuma classificação era necessária. Que a vítima valia menos do que o delinquente». Se Maio de 1968 não tivesse actualidade, Eva Herman, uma apresentadora da rede de televisão alemã *NDR*, não teria afirmado, em Setembro de 2007: «valores como a família, crianças e maternidade, que também tinham sido promovidos pelo Terceiro Reich, foram destruídos pelos homens de 68», sem distinguir franceses de alemães (a *NDR* despediu-a devido a essas afirmações; *Le Figaro*, 29 de Abril de 2007; BBC, 10 de Setembro de 2007).

Actualidade, porém, não significa relevância. Todos os tios velhos recordam episódios vividos que os comoveram na juventude – e tentam arranjar um sobrinho que lhes pegue no testemunho e assim os eleve ao palco da história universal. Maio de 68 será mais uma dessas lembranças estimáveis?

Para respondermos, temos que interpretar: que acontecimentos são simbolizados por essa data? Sabemos, por exemplo, o que significa 1789: a vitória da democracia representativa e dos direitos do homem. 1789 remete para uma Revolução, que os seus herdeiros consideraram vitoriosa. Peter Starr, porém, intitulou *A Lógica da Revolta Falhada* o seu estudo sobre os acontecimentos. Mas sabemos que significa Maio de 1968? Não sabemos. A data remete para uns vagos «acontecimentos» cujos autores e herdeiros se apresentam tantas vezes como derrotados. «Os acontecimentos» foi o eufemismo usado para designar o período duro de Maio de 68, enquanto esses «acontecimentos» ainda aconteciam. «As jornadas de Maio» era outra designação eufemista corrente, mas mais revolucionária do que os neutros «acontecimentos».

Temos por isso que interpretar Maio de 68. Distinguiremos os factos, as ideias e os agentes, as causas e as consequências. Os factos procuram lançar as

bases para uma interpretação – mas não são isentos de uma óptica interpretativa. Teremos sempre em conta a dimensão do «triângulo institucional», que adiante pormenorizaremos.

O leitor está a entrar num ensaio interpretativo. Por estranho que pareça, não está disponível uma «história imediata» de Maio de 68, nem das suas sequelas, e a maioria dos principais actores não escreveu memórias. Talvez haja factos ou sentimentos relevantes que ainda não foram revelados. Também por isso, o ensaio seguinte é mais arriscado do que a maioria dos ensaios históricos.

Os «acontecimentos»

Os «acontecimentos» franceses serão sumariados por ordem cronológica. Sempre por essa ordem, tentaremos depois resumir as sequelas directas de Maio de 68, passada a fase revolucionária: será o esquerdismo, nome que daremos aos herdeiros putativos de Maio de 68. A concluir os factos, referiremos a conjuntura estudantil internacional, separada das ocorrências francesas. Queira então o leitor preparar-se para uma narrativa densa e até um pouco fatigante.

Os factos resumidos

Usaremos uma lupa poderosa para o período dos «acontecimentos» em sentido próprio, de 3 de Maio, o cerco da Sorbonne, a 30 de Junho de 1968, a segunda volta das eleições parlamentares. Veremos a olho nu a fase de recuo do movimento, após aquelas eleições.

Em Março de 1967, começara a agitação em Nanterre, uma faculdade de Letras recém inaugurada na dependência da Sorbonne, mas situada na inóspita *bainlieue* ocidental de Paris; cercavam-na linhas de caminho de ferro e bairros da lata; em 1968, já estava sobrelotada. Nanterre orgulhava-se de professores ilustres e cheios de arrojo intelectual: Henri Lefebvre, Jean-François Lyotard, Jean Baudrillard, Alain Touraine, Michel Crozier, entre outros. Os estudantes activistas eram uma minoria lida em Wilhelm Reich; reivindicavam acesso às residências das raparigas – onde estavam proibidos de entrar, fosse a que título fosse. Os militantes – anarquistas, alguns trotskystas, maoístas – eram umas escassas centenas que mobilizavam quando muito uns mil colegas; ora o corpo discente de Nanterre atingia os doze milhares. Os conflitos dos militantes com as autoridades universitárias não cessam. Em 22 de Março de 1968, a polícia prende seis estudantes que se manifestavam contra a guerra americana no Vietname; entre os presos estão Nicolas Boulte, um militante católico, e vários estudantes de Nanterre; estas prisões despertam a solidariedade e 142 colegas instituem o Movimento 22 de Março, para apoiar os presos; ocupam a sala do conselho. Como resposta, o director, o Prof. Grappin, manda fechar salas de Nanterre; mas, a seguir, cerca de

1200 estudantes ocupam um dos maiores anfiteatros e lá fazem reuniões políticas, a exemplo do movimento dos estudantes de Berlim. A 2 de Maio, logo pela manhã, *Occident*, um grupo de extrema-direita, incendeia a sede da associação de estudantes de Letras na Sorbonne e anuncia que atacará Nanterre. Para responderem a este anunciado ataque fascista, os pró-chineses da *Union de la Jeunesse Communiste Marxiste-Léniniste* (UJCml) transformam Nanterre num campo entrincheirado. O «22 de Março» lança panfletos contra os fascistas. O anunciado ataque não terá lugar. É sabido nesse dia que vários estudantes são alvo de processos disciplinares, os quais serão decididos a 6 de Maio, dia em que reunirá o conselho disciplinar da *alma mater*; entre os arguidos está Daniel Cohn-Bendit, o dinamizador do *22 de Março*, que é um leitor de *Socialisme et Barbárie*, uma revista libertária marxizante. Aquele anúncio provoca protestos. Nesse dia 2 à tarde, em Nanterre, as aulas de René Rémond são boicotadas – o historiador protesta e é agredido; as de Michel Crozier e François Bourricaud são perturbadas pelo 22 de Março e movimentos aliados. Às 19 h desse dia 2 de Maio, o director da Faculdade de Nanterre, de acordo com o reitor da Sorbonne, Roche, e Alain Peyrefitte, ministro da Educação, decidem fechar Nanterre, se necessário até aos exames, que terão lugar dentro de duas a três semanas; ao contrário de anteriores fechos, não é marcada data de reabertura. O telejornal das 20 horas da Ortf, o monopólio estatal de televisão, transmite um apelo de Grappin contra «pequenos grupos extremistas» e, sem relação com este apelo, anuncia a partida de Georges Pompidou, o chefe do Governo, para o Irão e o Afeganistão. Nanterre, porém, é marginal; o coração da Universidade parisiense é a Sorbonne, situada no centro do *Quartier Latin*, o Bairro Latino, que então ainda concentrava a maior parte das Universidades parisienses. O Movimento 22 de Março, cuja figura central é Cohn-Bendit, e a Unef (União Nacional dos Estudantes Franceses), cujo presidente interino é Jacques Sauvageot, convocam para o pátio da Sorbonne, a 6 de Maio – dia em que caía o prazo da decisão dos processos disciplinares –, uma manifestação de apoio aos estudantes processados.

Acompanhemo-los. Como Nanterre está fechada, os militantes vão para a Sorbonne, a sede da sua Universidade; e antecipam o protesto. A 3 de Maio, ao meio-dia, cerca de 400 estudantes estão no pátio da *alma mater*. A concentração tem o apoio de trotskistas: a JCR (Juventude Comunista Revolucionária) de Alain Krivine e a FER (Frente dos Estudantes Revolucionários); sucedem-se os oradores que defendem os estudantes processados e criticam o *Occident*.

Um dos oradores lê o editorial desse dia de *L'Humanité*, o diário do PCF (Partido Comunista Francês, obediente a Moscovo); nesse editorial, Georges Marchais acusa os «grupúsculos esquerdistas» de serem «falsos revolucionários» e trata Cohn-Bendit de «anarquista alemão»; os estudantes são «filhos de burgueses», dos quais nada há a esperar. A leitura indigna. Cohn-Bendit fala a seguir e propõe que «a Sorbonne se torne uma nova Nanterre». Nesse momento, o Presidente da República, general de Gaulle, almoçava com o actor cómico Fernandel.



Respondendo aos ataques de G. Marchais, membro do «bureau» político do Partido Comunista Francês (PCF), os estudantes afirmam: «somos todos judeus e alemães». Além de divulgada em cartazes, a frase aparecia nas paredes do templo supremo da revolução estudantil, o grande anfiteatro da Sorbonne. «Somos todos indesejáveis» é uma variante, que funciona também como variante de um dos cartazes produzidos nos Beaux-Arts ocupados. Nunca um dirigente do PCF fora tão achincalhado em manifestações de massas esquerdistas. Prosseguindo a estratégia de irrisão, Cohn-Bendit qualificará Louis Aragon de «vieille crapule stalinienne» («velha crápula estaliniana»). A injúria colou. Aragon era um talentoso poeta surrealista obediente ao PCF, e que em Maio de 68 tentou apoiar os estudantes.

Três professores de Nanterre – Alain Touraine, Paul Ricœur e Guy Michaud – publicam no *Le Monde*, distribuído como sempre à hora do almoço, um artigo em que co-responsabilizam a Universidade e apelam ao diálogo. Às 14h, a concentração prossegue. Às 15h, é conhecido que cerca de 200 militantes do *Occident*, encabeçados pelo futuro ministro Alain Madelin, se dirigem, armados de matracas, para a Sorbonne, gritando slogans do gênero «comunistas assassinos». O reitor intima os dirigentes estudantis a evacuarem a Sorbonne, o que eles recusam. Com apoio da JCR, começam a armar-se. O reitor, com o acordo do ministério, quer evacuar a Sorbonne e para isso requisita a polícia mas esta, reticente, requer pedido escrito – o qual lhe será entregue às 15,35h, na esquadra do 5.º bairro. Entretanto o grupo do *Occident* parecia tentar atacar a Sorbonne, a partir da Rua *des Écoles*, mas dispersou quando viu a polícia e esta não se afigura muito interessada em o perseguir. Às 16,15h, a polícia começa a cercar a Sorbonne; às 16,45h



entra na velha universidade e, às 17h, após uma mediação, na qual avultam Krivine e Sauvageot, os estudantes decidem sair desde que a polícia os deixe ir para casa à boa paz. A polícia aceita a exigência – mas logo viola este seu compromisso e detém cerca de 400 estudantes para fazer a «identificação», requerida pelo reitor. O transporte dos detidos começa então e durará cerca de três horas. Às 17h, no *Boul'Mich*, a avenida fronteira à Universidade, concentram-se uns dois mil manifestantes, um número que tinha vindo a aumentar e que em breve atingiria os três milhares; esta concentração decorre em simultâneo com o transporte dos detidos e dificulta a passagem dos *paniers à salade* (carros policiais de transporte de presos). Os incidentes sérios começam às 17,15h quando a polícia lança gases lacrimogéneos na praça da Sorbonne. Os manifestantes respondem num coro gigantesco: «a Sorbonne é dos estudantes», «CRS SS». O slogan é inexacto mas revelador: com efeito, os CRS, polícias de choque, ainda não estão presentes no Bairro Latino, sendo o despejo assegurado por «gardiens de la paix» e «gardiens mobiles», mais próximos do polícia de giro. A UJCml está presente em Nanterre, influenciada pelo professor Louis Althusser, um membro do PCF que namorava com o maoísmo, e é sobretudo forte na *École Normale Supérieure*, onde ele era *caïman* (professor); a *École Normale Supérieure* prepara a elite dos professores do ensino secundário francês; o seu aluno, o «normalien», beneficia em França de um estatuto sobre-humano e continua a invocá-lo durante toda a sua carreira; a *Normale Sup* da Rua de Ulm é vizinha da Sorbonne mas recusa participar na luta, afirmando que ela se trava «entre pessoas de direita». Às 17,30h é lançada a primeira pedra da calçada (o «pavé»); atinge o vidro de um carro da polícia e esta responde com uma carga à matracada. É o começo dos «acontecimentos». Os manifestantes, enquadrados por militantes trotskystas, maoístas e anarquistas, são de uma violência que surpreende a polícia e a faz pensar na Comuna de 1871. Ao contrário do habitual, o número de manifestantes aumenta com a repressão policial. Os combates, de verdadeira guerrilha urbana, duram até às 21 horas; as primeiras barricadas surgiram pelas 20h. A televisão e a rádio oficiais têm ordens para ignorar ou minimizar os acontecimentos mas as rádios privadas transmitem-nos em directo. O conflito mudara de natureza: passou de um bairro periférico para o centro da capital, dos claustros universitários para a rua, de uma universidade secundária para a primeira *alma mater*, da autoridade do reitor para a do Governo. Na noite de 3, Alain Geismar, presidente do Sindicato dos Professores Universitários (*Sne Sup*), sem consultar a sua direcção, convoca uma greve de docentes. A polícia manterá um dispositivo de ocupação do Bairro Latino. A 4, o tribunal correcional condena estudantes presos a penas pesadas. A 6, o dia marcado para o processo disciplinar dos estudantes de Nanterre, os estudantes manifestam-se na *Halle aux Vins* (Faculdade de Ciências) e em Denfert-Rochereau; são cerca de seis mil e quinze mil, respectivamente; respondendo a Marchais, proclamam com orgulho e sentido do humor: «somos um grupúsculo»;

volta a haver violência. A meio do dia, os estudantes com processos disciplinares, entre os quais Cohn-Bendit, são recebidos pelo conselho disciplinar da Sorbonne, em colectivo como exigiram; são acompanhados pelos seus defensores, entre os quais os já referidos professores Touraine e Michaud. Não há diálogo.



Acima, uma das primeiras barricadas, no Bairro Latino, mais exactamente na Rua das Écoles em Maio de 1968.

Abaixo, a Rua Gay-Lussac, também no Bairro Latino, depois da «noite das barricadas».

Nesta fase, a greve já alastrou às universidades de província e aos liceus de Paris. O movimento tem três reivindicações: amnistia para os estudantes presos ou processados, polícia fora da Sorbonne, reabertura das aulas. A 7 de Maio, uns 30 mil estudantes vão em cortejo até ao Arco do Triunfo, um dos símbolos do nacionalismo francês, onde cantam a Internacional sobre o túmulo do Soldado Desconhecido e arrancam bandeiras francesas. Nesse mesmo dia 7 de Maio, estudantes universitários católicos distribuem às portas da Sorbonne um comunicado assinado pelo seu capelão – assistente religioso, na terminologia da Acção Católica Portuguesa –, o então Padre Lustiger, e pelos responsáveis do *Centre Richelieu* (Sorbonne), *Halle aux Vins*, Nanterre e Censier (1.º ciclo de Letras da Sorbonne): critica «a acção deliberadamente violenta dos grupúsculos de extrema-esquerda e de extrema-direita» mas defende os quinze mil manifestantes da véspera, em Denfert, que não eram todos «enragés» («enraivecidos, os mais extremistas, nome de um grupo de Nanterre»), mas estudantes descontentes com a falta de meios da Universidade.

O comunicado católico diz ainda: «são estes os verdadeiros problemas»; volta a condenar os excessos do movimento e do governo e pede a libertação dos estudantes presos; conclui afirmando que o mais importante é o espírito com que será encarada a reforma da Universidade. Nos dias seguintes, dado que a polícia ocupa e cerca o Bairro Latino, os estudantes começam a «ocupar» Paris. A 9, o reitor Roche e os directores das Faculdades querem reabrir a Sorbonne mas o ministro da Educação não autoriza. Autorizará no dia seguinte, a 10 de Maio, uma semana depois dos primeiros confrontos violentos; mas sem efeito prático. O Governo continua a pensar que a agitação desaparecerá quando os estudantes forem fazer os exames. O *Sne Sup* anula o tema dos exames, cerne da propaganda governamental: «não faremos exames enquanto houver estudantes presos», os quais, claro, não poderiam prestar provas na cadeia. Nesse dia 10 os estudantes vão em manifestação à prisão da *Santé*, onde julgam estarem presos os seus camaradas, e dirigem-se depois ao Bairro Latino onde Geismar e Sauvageot lhes dão ordem de ocuparem as ruas, «custe o que custar»; às 21,15 é erguida a primeira das numerosas barricadas que em breve cobrem todo o *Quartier Latin*. A Fec manda dispersar, invocando a ausência da classe operária, e a UEC, a juventude estudantil do PCF, tenta impedir a construção de barricadas; são ambas mal recebidas. Geismar dialoga com o vice-reitor na emissão da Rádio Luxemburgo e é claro: só recuará depois da libertação dos estudantes presos. À 1,45h de 11, Cohn-Bendit sai da reitoria e declara: «o que se passa esta noite na rua é que toda uma juventude se exprime contra uma certa sociedade». A polícia ataca os estudantes barricados com granadas de gás lacrimogéneo; eles respondem também com brutalidade, arremessando pedras da calçada e cocktails Molotov. Há numerosos feridos. «CRS SS!», «De Gaulle assassino», gritam alguns estudantes. Nem os CRS nem de Gaulle gostam destas formas de tratamento. A 11 de Maio, às 2,12h,

a polícia ataca com violência as barricadas. Às 4,5h, o recém-nomeado arcebispo de Paris, Mons. Marty, também através da rádio privada, apela à calma e ao encontro «entre todos os responsáveis, de um lado e do outro»; pede uma solução «justa», o «diálogo»; «vou sobretudo rezar, que é a minha primeira função», diz. É «a noite das barricadas». Os franceses ficam perturbados e apoiam os estudantes; os moradores do *Quartier Latin* não os responsabilizam pelas destruições. A televisão transmitirá algumas imagens, em diferido. Pompidou, forçado a regressar do Afeganistão, fala pela televisão às 23,45h de 11: a Sorbonne reabrirá a 13 e os casos dos estudantes condenados voltarão a ser apreciados, mediante recurso para um tribunal superior. É um recuo. Esta decisão inverte a tática do governo e sofre críticas à direita; de Gaulle aconselhara a maneira forte mas Pompidou opôs-se-lhe com êxito. O chefe do Governo justificar-se-á mais tarde a R. Aron: recuou pois a manifestação de 13 de Maio já estava anunciada e dela podia resultar a queda do regime. Prosseguem os confrontos entre os estudantes e a polícia. A 12, pelas 18,30h, cerca de cem estudantes ocupam *Censier*; em breve serão dois mil. O PCF continua a acusar os estudantes de serem burgueses e Cohn-Bendit de ser alemão e anarquista. Os sindicatos apelam a uma greve geral para 13 de Maio. Dez anos antes, dia por dia, fora o golpe militar que elevava o general de Gaulle ao poder. A greve é seguida; nesse dia, há uma gigantesca manifestação em Paris; Cohn-Bendit, Geismar e Sauvegeot, os dirigentes universitários, encabeçavam o cortejo tendo a honra de darem a direita aos secretários-gerais das duas maiores confederações sindicais, a CGT, dirigida pelos comunistas, e a CFDT, de origem cristã e que procura a sua via à margem dos partidos políticos. A central comunista manifestara a sua força, fornecendo vinte mil militantes para o serviço de ordem do cortejo. A 13 de Maio, aplicando a tática de Pompidou, a polícia abandona o Bairro Latino. A Sorbonne, que acabara de ser reaberta, foi logo ocupada pelos estudantes e arvora a bandeira vermelha da revolução. Os estudantes sabem que ganharam em toda a linha; os dirigentes estudantis passam à fase seguinte: a revolução social. De Gaulle, porém, parte tranquilo para a Roménia a 14, depois da noite das barricadas e no dia seguinte à maior manifestação de que havia memória na capital da França. O secretário-geral do PCF, Georges Marchais, mantém os temas do seu editorial de 3: o movimento estudantil «faz o jogo» do gaullismo devido à acção dos «esquerdistas». Mas a base ultrapassa os dirigentes do PCF.

Os dirigentes das centrais sindicais pensavam que o movimento acabaria com a manifestação de 13 mas enganaram-se: a gigantesca manifestação era a primeira figura da aliança estudantes-proletariado. A 13 de Maio começa uma greve que abrangerá oito a dez milhões de trabalhadores e em breve paralisará a França. A 14, na Sud-Aviation em Nantes, operários jovens conseguiram generalizar uma greve que devia ser de apenas 15 minutos. A fábrica de caixas de velocidade da Renault em Cléon tinha operários de origem agrícola que também entraram em

greve, por imitação da Sud-Aviation, e sequestraram os responsáveis. Nos dias seguintes, dezenas de outras fábricas foram ocupadas; entre elas, Renault Billancourt, a fábrica-farol da região parisiense. As centrais sindicais não tinham convocado nenhuma destas paralisações: eram «greves selvagens». O PCF, vendo que não conseguia impedi-las, manda os seus militantes sindicais encabeçarem-nas – para as enquadrarem. A 16 e 17, a CGT e a CFDT seguem os estudantes e dão a palavra de ordem: greve. Na Renault Billancourt, o serviço de ordem da CGT impediu os operários de contactarem os estudantes da Sorbonne, que a 16 de Maio se apresentaram numa marcha, às portas da fábrica, para lhes entregarem apoio económico. Este procedimento foi repetido noutras fábricas em luta. Uns dez milhões de trabalhadores estavam em greve ou em fábricas ocupadas. Caminhos-de-ferro, bancos, escolas, companhias de seguros estavam também em greve, no começo de Junho. Os não grevistas eram uma ínfima minoria. O exército não fora informado, no âmbito da protecção civil, das inovações técnicas nas diferentes empresas e serviços, sendo por isso incapaz de os pôr em funcionamento. Os ministros negociavam com o movimento em ordem dispersa, cada um por seu lado.

O *Quartier Latin*, onde não vemos um polícia, parece uma zona libertada. O teatro nacional do *Odeon* é ocupado a 15 de Maio e cerca de sete mil pessoas participavam todos os dias nos debates que nele têm lugar. Dias depois, o festival internacional de cinema de Cannes é suspenso, devido às reivindicações dos realizadores revolucionários. As reivindicações dos estudantes mudam: querem revolucionar a universidade e a França. O «poder estudantil», afirmado por Sauvageot e Geismar numa conferência de imprensa, a 17 de Maio, significava aulas sem exames – mas muitos estudantes não acreditavam em tal benesse. Com efeito, Cohn-Bendit afirmou que participaram nas manifestações uns 30 mil dos 200 mil estudantes da Universidade de Paris; cerca de 15% do total, portanto. A 18, de Gaulle regressa da Roménia e diz ao desembarcar em Orly: «acabou o recreio»; condena a «cegada» («chienlit») dos estudantes à qual opõe as reformas que tem por necessárias; também sugere o uso da força. A 21 de Maio, o governo expulsa o «alemão» Cohn-Bendit. Nesse mesmo dia, os estudantes só conseguem reunir trinta mil manifestantes em apoio ao expulso; a polícia atacou-lhes a manifestação e ignorou a da CGT, que decorria ao mesmo tempo. O ministro do Interior Christian Fouchet tenta justificar a brutalidade da polícia sobre os manifestantes por neles se ter infiltrado a canalha («la pègre») mas *Le Monde* não aceita a justificação e refere, com surpresa, a participação activa das mulheres nas manifestações e nas barricadas. A 23 de Maio, o Parlamento rejeitou a moção de censura apresentada pela oposição e amnistiou os actos dos estudantes. Nesse mesmo dia 23, o arcebispo Marty diz numa homília: «Deus não é conservador»; a fórmula, depois muito citada, é vaga mas abre aos revolucionários. A 24 de Maio, vários grupos percorreram o país, atacando as esquadras da polícia. Há quem fale em esboço de insurreição. Nesse mesmo dia 24, de Gaulle foi à televisão prometer

um referendo sobre a participação dos trabalhadores na gestão das empresas: se perdesse, demitia-se; teve pouco eco. No dia seguinte, 25 de Maio, o Primeiro-Ministro Georges Pompidou convoca em segredo as centrais sindicais, entre as quais a revolucionária CGT, e as federações patronais para negociarem um acordo tripartido com o Estado, única forma de evitar a paralisia da França; essa negociação, na qual Jacques Chirac tem papel de relevo, produz os «acordos de Grenelle», assinados a 27; aumentam o salário mínimo (Smic) em 35% e os restantes salários em 10%. O aumento dos salários só beneficiava um quinto dos trabalhadores e não havia garantia de pagamento dos dias de greve.



Maio de 68 via de Gaulle como um par de Franco e de Salazar: por serem ditadores, talvez por serem os três católicos, por serem todos de outra época.

No dia da assinatura dos acordos de Grenelle, 27 de Maio, os trabalhadores do monopólio televisivo estatal, a Ortf, paralisam também. As greves prosseguiram. Eram diferentes das habituais; em muitos casos, os grevistas sequestravam os patrões e tentavam a autogestão. Quando Benoît Frachon (CGT) e Georges Séguy (PCF) defendem Grenelle na Renault Billancourt, a velha fortaleza operária dos estalinistas, são recebidos com um silêncio glacial, entrecortado por apupos.

Emerge então um perfume de fim de regime. Parte da oposição quis fazer um governo dirigido por Pierre Mendès-France, que entusiasmava a Unef e o PSU (Partido Socialista Unificado) mas o PCF opôs-se e os socialistas não mostraram excesso de entusiasmo. A 27 de Maio, ocorre um inesperado desenvolvimento tático: estudantes e sindicalistas enchem o estádio de Charléty, perto de Paris, e Pierre Mendès-France, o descolonizador e o socialista do rigor financeiro, está

presente, o que significa apoio, e recusa a palavra por se tratar de uma reunião «sindical», o que sugere reserva. Nesse dia, François Mitterrand declara-se pronto a assumir o poder, se as instituições da 5ª República caírem, e a nomear Mendès para chefiar o governo – e este aceita, se a esquerda se unir toda. A 29 de Maio, de Gaulle desaparece, o que perturba os gaullistas: manha? Golpe de Estado? Nesse mesmo dia à tarde, de Gaulle volta à sua residência particular, em Colombey-les-Deux-Églises. No dia seguinte, é conhecido que de Gaulle foi a Baden-Baden, ao quartel-general das tropas francesas de ocupação na Alemanha, encontrar-se com o general Massu, chefe dessas forças e seu velho amigo. Pompidou escreverá depois que foi Massu que o persuadiu a não se demitir. Perpassa pela França um vento glacial de guerra civil. 24 horas mais tarde, a 30 de Maio, tem lugar uma substancial manifestação gaullista: cerca de 300 mil pessoas descem os Campos Elíseos. De Gaulle parece ter recuperado algum nervo: fala pela rádio, pois o governo não dispõe da televisão, e fala no momento oportuno, quando a manifestação começa; ataca o «comunismo totalitário», dissolve a Assembleia Nacional, convoca eleições; ameaça recorrer ao art.º 16.º, o normativo do estado de excepção que dá ao Presidente poderes vastos; apela ao estabelecimento de Comitês de Acção Cívica.



«Acção cívica Canalha fascista». Um cartaz do fim de Maio compara a manifestação gaullista, quando de Gaulle propôs os comitês de acção cívica, ao fascismo. O esquerdismo na fase de ressaca veria o fascismo por todo o lado. No «Verão quente» de 1975, o Partido Revolucionário do Proletariado (PRP) ressuscitou visualmente este rato.

O general seguiu o parecer de Pompidou, favorável à antecipação das legislativas e ao adiamento do referendo. A 31, Georges Seguy, secretário-geral da CGT, aprovou as eleições. Neste final de Maio, a popularidade dos estudantes começa a baixar. A aposta de Pompidou revelava-se acertada: a revolta da opinião contra os excessos estudantis daria à direita a maioria nas eleições legislativas

antecipadas. A 1 de Junho, trinta mil manifestantes ligados sobretudo ao movimento estudantil e aos partidos da extrema-esquerda percorrem Paris entoando: «Eleições Traição!». Eram poucos, porém, e pela primeira vez desde 3 de Maio estavam à defesa. Começa assim uma primeira fase de refluxo do movimento o qual, contudo, conserva boas posições: o Bairro Latino continua uma região libertada; muitas fábricas permanecem ocupadas e ensaiam autogestões; os PCF/CGT têm dificuldade em conseguir que elas apliquem os acordos de Grenelle mas conseguem concretizar negociações sectoriais para a retoma do trabalho nos serviços públicos: electricidade, gás, correios, caminhos-de-ferro.

Ainda em Lisboa, já tínhamos tido um cheirinho do Maio francês. Foi na noite de 6 de Junho de 1968. Nessa noite, o coreógrafo Maurice Béjart, no fim de uma récita do *Romeu e Julieta*, dada pelo seu *Ballet du XX^e Siècle* no Coliseu dos Recreios, veio à boca de cena pedir «um minuto de silêncio», «contra todas as formas de violência e de ditadura», em homenagem a Robert Kennedy que nesse dia fora morto, vítima «do fascismo e da violência». O bailarino belga foi muito aplaudido. Quem viu e ouviu, sabia que algo iria acontecer. Algo iria acontecer a Béjart. Salazar enfiou a carapuça e expulsou-o imediatamente de Portugal. Uma nota oficiosa, saída da caneta do autocrata, acusava o cidadão estrangeiro de ter abusado de um palco português para atacar o esforço de guerra nacional. A Europa transpirenaica condenou e sobretudo surpreendeu-se: estranho Estado forte que tremia perante o desabafo de um bailarino.

A 7 de Junho, os CRS atacam frente à Renault-Flins; o estudante liceal Gilles Tautin é empurrado para o Sena, onde morre afogado. O ambiente na Sorbonne começa a deteriorar-se, devido às rivalidades entre os pequenos partidos e à entrada de provocadores ou originais, como os «katangueses» que se apresentam como mercenários de momento sem trabalho, tendo vindo pôr a sua força à disposição dos estudantes. Este extraordinário episódio, mais a propaganda das drogas, aumenta o medo do pacato cidadão face à revolução estudantil.

A 11 de Junho, Salazar reúne o primeiro Conselho de Ministros depois da expulsão de Béjart e mostra «preocupação profunda», espoletada pela situação em França; diz aos ministros: «Entre nós tem de ser diferente: não podemos ter crise de autoridade: e logo ao primeiro sintoma, temos de resolver o caso radicalmente, haja o que houver, seja com estudantes ou com operários». É curioso que o autocrata só manifeste autoridade depois de o Governo de Paris ter começado a afirmar a sua autoridade e de a popularidade do movimento diminuir – quando portanto decrescia radicalmente o risco de triunfo da revolução clássica em França, com os consequentes riscos de contágio. O Conselho prossegue no dia seguinte: «Salazar está muito pálido, esmorecido, e repete ao Conselho as mesmas coisas que disse anteriormente como se fossem inteiramente novas». A narrativa é de Franco Nogueira, então chefe da nossa diplomacia, que esteve presente na reunião; esclarece ele: «sobre a sua inequívoca perturbação [de Salazar] não mur-



muram os ministros, entre si, uma palavra». É uma cena tragicómica, que Buñuel falhou em *La Fièvre Monte à El Pao* (*Um Político Confessa-Se*; Nogueira, Salazar, VI, p. 355 ss.).

A 12 de Junho, o Conselho de Ministros aprova um decreto dissolvendo numerosos grupos de extrema-esquerda, entre os quais o Movimento 22 de Março, a JCR, a FER; mas a medida não é seguida de uma rigorosa execução.

Em meados de Junho, a greve geral já fora quebrada – pela acção do PCF e da CGT. Mantém-se, porém, um clima muito favorável a greves espontâneas, locais, por vezes dependentes da combatividade das lideranças. A 16, a Sorbonne é evacuada. A 19 de Junho, os técnicos da televisão, sob a pressão do PCF, aceitam regressar ao trabalho, mas os jornalistas mantêm-se em greve, até 12 de Julho, dia em que admitiram a derrota. O fim da greve na Ortf foi um grande triunfo do governo – que assim restabeleceu as emissões de televisão as quais, no apogeu do movimento, tinham sido produzidas e emitidas de um estúdio improvisado.

As eleições parlamentares, cuja segunda volta foi a 30 de Junho, darão uma grande maioria aos gaullistas os quais, aliás contra a vontade do seu epónimo, abrigam toda a direita, incluindo os herdeiros da *Algérie Française*. O PCF conserva cinco milhões de votos, o que lhe garante uma sólida sobrevivência.



A ocupação das fábricas, no começo de Junho de 1968, parecia concretizar o começo de uma revolução clássica. O PCF e os sindicatos tinham-se oposto à ocupação. O mesmo cartaz, proveniente de Belas Artes ocupada, mas negativado, serviria para a fase de retirada: «começo de uma luta prolongada», um slogan maoísta, substitui as «fábricas ocupadas».





Quem somos? Maio de '68: a revolta da ordem contra as instituições

Nas férias grandes de 1968, o mais parecido com o Maio parisiense era o Julho de Avignon com o seu festival de teatro, em plena «contestação» – para usarmos uma das palavras-chaves de Maio de 68. Fomos. O Jorge Silva Melo descreveu vários passos desta excursão político-cultural em *Século Passado* (p. 274 ss). Fizemos bem em ir. O ar era diferente e veio a revelar-se único. Jean-Marie Straub deu-nos uma surpresa divina: a *Chronique de Ana Magdalena Bach*. As projecções de filmes ou as representações das peças eram seguidas de animados debates. Georges Lapassade, um subtil sociólogo de origem maurrasiana, vestindo como um Sócrates chaparro, de vara na mão, apascentava um rebanho de *pintades*, uma fauna de galinhas-do-mato; apascentava enquanto elas queriam ser apascentadas. Era uma metáfora da existência humana. Como o mundo estava a ficar pequeno, encontrámos Maurice Béjart em Avignon; contou-nos que foi posto na fronteira portuguesa com a roupa que trazia no corpo.

Em Maio de 1968, como referimos, de Gaulle sugerira um referendo sobre a regionalização e os poderes do Senado; a votação terá lugar a 27 de Abril de 1969; o general perde e demite-se no dia seguinte.

A seguir aos «acontecimentos»: o Esquerdismo

Veremos sem lente de aumentar o período posterior aos «acontecimentos». Embora seja revelador – a árvore conhece-se pelos seus frutos –, o estudo minucioso desta fase esquerdista extravasaria o que nos é pedido e, noutro plano, exigiria uma documentação que não está disponível.

Na sequência das eleições de Junho de 1968, o governo de Pompidou começa uma política de repressão, executada por Raymond Marcellin, ministro do Interior (31 de Maio de 1968-1 de Março de 1974). Marcellin explicava os acontecimentos pela acção de uma conspiração internacional, de contornos mal definidos mas com um cheirinho a *bavano*. Uma das suas primeiras presas foi Alain Krivine, chefe da JCR, a *Jeunesse Communiste Révolutionnaire*, o movimento trotskysta que mais crescera em Maio; foi encarcerado a 10 de Julho. Vários movimentos são dissolvidos, o que provoca protestos de intelectuais.

Paris em Agosto de 1968 voltara a ser Paris em Agosto. Os efeitos dos acontecimentos já só podiam ser vistos como arqueologia. Voltara a ordem e o calor. Continuámos a beber *grenadine* e *menthe à l'eau*, que nesse ano tínhamos escolhido como imposto de mesa nos cafés parisienses.

Os militantes do movimento dos partidos de extrema-esquerda perderam as poucas posições institucionais de que dispunham nos sindicatos: o PCF considerava-os «o inimigo principal» e correu-os; com efeito, em Agosto desse ano, Waldeck-Rochet, o secretário-geral, afirmou: «a orientação do esforço principal



contra o perigo mais iminente, que é hoje o esquerdismo» (*Les Enseignements de Mai-Juin 1968*).

Algo iria acontecer a Salazar: em Agosto de 1968, deixou-se cair numa velha espreguiçadeira que, talvez para poupar, conservava em uso e sem adequada reparação. A cadeira não aguentou e o autocrata bateu com o crânio no chão. Salazar pediu segredo da queda ao pessoal, que estava com ele – e não fez nenhum diagnóstico médico a sério. O segredo foi respeitado. O silêncio respeitador do pessoal menor e maior contribuiu para que o hematoma não fosse diagnosticado – nem tratado. O Conselho de Ministros buñuelesco de 11 de Junho fora a primeira manifestação de uma perturbação cerebral grave. A queda teria outros efeitos.

Ainda em 1968, militantes do Movimento 22 de Março e da UJCml, da *École Normale Supérieure*, fundam a *Gauche Prolétarienne* (GP; Esquerda Proletária), cujo jornal é *La Cause du Peuple*; mas um certo número deles rejeita o lado estruturado da nova organização. Mais tarde, em Junho de 1969, outros esquerdistas agrupar-se-ão em *Vive la Révolution!*, mais libertário e virado para as questões de civilização.

A GP foi dirigida por Bénny Lévy, «normalien»; substitui Robert Linhart, o «Lenine dos *normaliens*», que fora a grande figura da UECml no *Quartier Latin*, discípulo e rival de Louis Althusser; este, sofrendo de graves perturbações mentais, afastara-se por uma sucessão de vicissitudes pessoais e políticas. Outros dirigentes da GP eram Alain Geismar, o único conhecido da opinião pública, André Glucksmann, que em breve seria um dos «novos filósofos», e Serge July, co-fundador e depois «patron» do quotidiano *Libération*, nascido em Fevereiro de 1973 sob o impulso da GP; embora criticado por maoístas de estrita observância, o *Libération* foi nos anos seguintes uma espécie de actualização quotidiana do espírito de Maio de 68.

A GP é voluntarista e considera que a revolução proletária violenta está próxima – embora se inspire do marxismo maoísta que valorizava a violência, é certo, mas colocando-a no longo prazo, ao contrário do insurreccionalismo leninista. A GP prolonga a luta contra a guerra da Argélia; por isso é anti-imperialista e apoia a Organização de Libertação da Palestina (OLP) – quando até então toda a esquerda não PC era pró-israelita – mas condenará o atentado dos Jogos Olímpicos de Munique que assassinou a equipa de Israel, em Setembro de 1972, considerando que ele pressupõe um inaceitável princípio de culpa hereditária e colectiva. Muitos dos militantes da GP são judeus, os quais só raramente assumem essa qualidade.

Para concretizar o seu projecto revolucionário, envia os militantes estudantes para as fábricas, para fundarem o novo partido; serão os «établissements», relançados no Outono de 1969, e que aliás já tinham surgido antes de Maio de 68. No Verão de 1969, a GP começará a endurecer. O número de Agosto de 1969 de

La Cause du Peuple titula: «Patrões, é a guerra!». Podia parecer uma gentileza, ou mesmo o cumprimento de uma convenção de Haia. Mas, na intenção dos seus autores, era uma ameaça.

A *GP* espera que «o partido» nasça dessa guerra, e muito em breve, pois julga próxima a revolução proletária; no seu interior, aplica o que julga ser a *revolução cultural* chinesa – não tinha lido Simon Leys – e pratica a autocrítica revolucionária, por comando do chefe. A *GP* inova os métodos em comparação com os partidos sociais-democratas e comunistas: centra-os na acção exemplar, uma variante da acção directa, e não hesita em recorrer a acções violentas. Vejamos alguns exemplos: em 1969, são atacadas com cocktails Molotov esquadras em Marselha e em Mantes-La-Jolie, serviços de mão-de-obra em Aix-en-Provence, edifícios públicos em Besançon, Maxéville, Saint-Nazaire, lares de mão-de-obra imigrada um pouco por toda a França; em 1970, como retaliação à condenação de Geismar, é raptado – «preso», na fraseologia da *GP* – o deputado Michel de Grailly, apresentado como o auto-confessado símbolo da corrupção na construção do mercado da Villete; em Maio de 1971, é colocada uma bomba no jornal fascista *Minute*. *La Cause du Peuple* fez sempre comunicados triunfalistas sobre cada uma destas acções. A *GP* inicia também a tática das manifestações de rua violentas: a 17 de Junho de 1969, para comemorar o assassinato de Gilles Tautin, na Renault Flins; a 14 de Setembro seguinte bisca, contra a destruição de um bairro da lata árabe em Argenteuil, uma municipalidade comunista, envolvendo-se pela primeira vez em luta física com o PCF. Estas acções violentas são também acções exemplares na medida em que a *GP* nunca mata – embora faça crer que pode vir a matar e defenda, tal como os comunistas chineses, que sem violência não há revolução. Há outras acções mais inequivocamente exemplares, por não serem violentas nem o parecerem: a campanha de distribuição gratuita de bilhetes do metro de Paris – bilhetes que a *GP* roubara –, no primeiro trimestre de 1970; ou o assalto à mercearia de luxo *Fauchon*, a 8 de Maio de 1970, sendo o *caviar* furtado distribuído de graça em bairros da lata, com a amável cobertura dos meios de comunicação social. Tudo nunca visto.

Em 1970, as lutas agudizam-se na universidade – Paul Ricœur, director de Nanterre é agredido a 20 de Janeiro – e no resto da organização social – o ministro Olivier Guichard é sequestrado por agricultores, durante algumas horas. *Le Monde* estabelece a rubrica regular «Agitação». O Governo francês mantém uma linha de repressão activa. A 30 de Abril de 1970, a Assembleia Nacional francesa aprova em primeira leitura a «lei anti-casseurs» – «casseurs» são «os que partem» –, criminalizando a participação em manifestação proibida, instituindo uma nova modalidade de responsabilidade penal colectiva, e responsabilizando civilmente os participantes pelos danos causados, o que tinha o seu lado singapureano e sensato. A lei foi votada a 4 de Junho e Maurice Duverger, o reputado politólogo, atacou em *Le Nouvel Observateur* o seu carácter ditatorial. Ao abrigo dela o Governo dissolveu pouco tempo depois a *GP*, a qual porém continuou a operar.

O Governo propõe-se então destruir *La Cause du Peuple*, um importante instrumento da GP. Quando em Maio de 1970 Jean-Pierre Le Dantec, o seu director, é condenado a uma pena de prisão, muitos consideram que foi preso por delito de opinião. Alain Geismar é condenado no tribunal correcional em 18 meses de prisão, a 22 de Outubro de 1970, e na *Cour de Sûreté de l'État* em dois anos de prisão e multa por reconstituição de uma organização proibida, a 24 de Novembro de 1970; no recurso, as duas penas serão unificadas.

Outra tática do Governo é perseguir os vendedores da imprensa contestatária, em particular de *La Cause du Peuple*; é institucionalizada a sua detenção após serem interpelados na rua pela polícia. Mais ao menos ao mesmo tempo, a «garde à vue», o período em que o detido não tem acesso a advogado, passa a ser de seis dias para os crimes políticos. Depois de o Governo mandar prender dois directores sucessivos de *La Cause du Peuple*, Sartre aceita responsabilizar-se pela respectiva publicação, a 27 de Abril de 1970; o escritor Prémio Nobel integra depois equipas de vendas do jornal e é detido numa dessas acções de venda, a 26 de Junho de 1970, sendo logo libertado.

A repressão produzia presos, além de outros efeitos. Os presos maoístas só tinham o «regime especial» quando eram condenados pela *Cour de Sûreté de l'État*, ou por delito de imprensa, e mesmo este benefício limitado só vigorava a partir de 1 de Setembro de 1970. O regime especial era um eufemismo para o estatuto privilegiado do «preso político», rejeitado pelo Estado francês, e incluía: ausência de obrigação de trabalho; prisão em quarto particular; visita diária; leitura livre de livros e jornais. Eram 25 maoístas a beneficiar deste regime de privilégio, estando os restantes submetidos à regra mais onerosa dos criminosos de direito comum. A GP iniciou uma greve da fome dos seus presos para obterem a generalização deste regime aos esquerdistas condenados por outros tribunais. Três semanas depois, a 22 de Setembro, o ministro da Justiça, René Pleven, melhora o estatuto dos presos comuns; o Socorro Vermelho decide cantar vitória e pôr termo à greve da fome, que ameaçava descambar. Geismar teve que ser hospitalizado.

No Outono de 1970, o governo proíbe a publicidade do *Hara-Kiri Hebdo*, o que equivale a impedir-lhe a publicação; o seu último número anunciara a morte de de Gaulle com a seguinte primeira página: «Baile trágico em Colombey Um morto»; (Colombey era a residência de De Gaulle). Sucede-lhe *Charlie Hebdo*. No Bairro Latino, está em permanência um «panier à salade»; uma forte presença policial será aliás constante até ao fim dos anos 1970 – mesmo no princípio do mandato do liberal Giscard.

No começo de 1971, tem início uma segunda campanha para alargar o regime especial aos presos depois de Outubro de 1970 e para denunciar o universo carceral. Há uma greve da fome na capela de S. Bernardo, na cave da estação ferroviária de Montparnasse, além de outros movimentos. A 8 de Fevereiro, quando é anun-

ciada a melhoria das condições de detenção, Michel Foucault, apoiado pelo católico Jean-Marie Domenach, anuncia que foi estabelecido o *Groupe d'information sur les prisons* (GIP, Grupo de Informação sobre as Prisões). Apesar disso, os GPs do Socorro Vermelho decidem manter uma manifestação; no decurso dela, Richard Deshayes é ferido com gravidade no rosto e o estudante do liceu Gilles Guiot é preso. Graças à repressão governamental, a GP consegue o apoio de intelectuais conhecidos, apoio mais visível a propósito do jornal *La Cause du Peuple* mas também na luta sobre as prisões, que interessava Foucault.

Face à violência da repressão, a 3 de Abril de 1971, o arcebispo de Paris, Marty, protesta contra a severidade da sentença de treze manifestantes do *Vive la Révolution!* presos durante uma manifestação que tinha terminado na ocupação do *Sacré Cœur* – mas, durante a manifestação-ocupação, Mons. Charles, o reitor da basílica, chamara a polícia para desalojar os invasores.

Em 1971, multiplicam-se as provocações e as violências policiais: em Maio, o jornalista Alain Jaubert é preso e espancado; a polícia não soube apagar as suas pegadas. A 5 de Junho, Sartre propõe um «tribunal especial sobre a polícia», o que relança a questão da justiça – a qual, aliás, fora um dos temas do esquerdismo. O Socorro Vermelho, porém, dilacerado pelas exigências da GP, deixa de ser operacional (Brillant, «Intellectuels et extrême-gauche...»).

A GP seguira uma estratégia de provocação-repressão-resposta mas não conseguira implantar-se na sociedade. Reagira à ilegalização de 1970 em várias dimensões: instituindo o Socorro Vermelho, para apoiar os militantes presos; mobilizando os intelectuais de esquerda, para obter fundos e evitar o isolamento; estabelecendo uma organização clandestina, a *Nova Resistência Popular*, especializada na acção directa e violenta. A *Nova Resistência* sugeria que o governo de Pompidou era igual ao ocupante nazi e que a V República estava a fascizar-se. Esta e outras análises da GP tinham um lado delirante – se bem que a sua energia atraísse. Por outro lado, a GP só conseguiria seduzir intelectuais moderados para uma estratégia revolucionária enquanto durasse o seu fascínio revolucionário: acção directa, romantismo revolucionário, muita propaganda feita pela comunicação social, conquistada por essas acções exemplares. Esta táctica era um cromó chinês e algo contraditório: ameaçava matar o touro mas o estoque estava embotado. Este *bluff* não podia prolongar-se por muito tempo.

O assassinato de Pierre Overney por um segurança da Renault, numa manifestação esquerdista frente à fábrica de Billancourt, a 23 de Fevereiro de 1972, revelou o esgotamento da GP: ou retalia, e sujeita-se às consequências, ou não retalia e sujeita-se a outras consequências. A GP não retalia; não tem força para responder à repressão que suscita pelas suas acções e pelas suas ambições.

Em 1973, os esquerdistas são consolados por dois acontecimentos: o primeiro, em Agosto, é a vitória no Larzac, uma zona rural onde existia um campo militar; para o seu alargamento, o governo queria expropriar agricultores mas tem

que desistir, devido à reacção local apoiada entre outros pelos directos herdeiros de Maio; como bónus, a CGT marchou a reboque dos esquerdistas; o segundo é a autogestão da fábrica de relógios Lip, que também força a CGT a marchar na rectaguarda. Estas andorinhas, porém, não fazem a Primavera.

De facto, a *GP* não beneficia com nenhum delas, pelo contrário; e dissolveu-se em 1973, sem uma explicação razoável; alguns militantes prosseguiram sem mudança e outros namoriscaram uma bomba ou outra. A vida de Benny Lévy é uma metáfora de uma parte do movimento de Maio: enquanto dirigente maoísta, foi Pierre Victor; depois de ter mandado enterrar a *GP*, converteu-se ao judaísmo ortodoxo e voltou ao seu nome de baptismo. A *GP* era o mais visível dos movimentos herdeiros de Maio de 68. As suas acções simbólicas concentravam a atenção da opinião. Os seus modos partidários atraíam militantes, pois mimavam uma síntese entre Maio de 68, o Partido comunista russo de 1917 e o chinês de meados do século XX; tanta cultura facilitou-lhe a incorporação de muitos «normaliens», estudiosos do maoísmo de inspiração althusseriana. Mas não todos, como vimos. O seu lado militar e autoritário repugnava a muitos que tinham visto na UJCml um movimento – fora fundada poucos meses antes da Revolução Cultural, em 1966, em Nancy, e o seu animador, Jean Jourdeuil, depois um homem central no teatro europeu, publicou *Garde Rouge*, o primeiro jornal marxista-leninista francês (Rotman Hamon, *Génération*, I, p. 325); por isso também, recusavam a rigidez do PCmlF, apoiado por Pequim, e que se manteve sem capacidade de irradiação. *Vive la Révolution!*, animado por Roland Castro e Tiennot Grumbach, era mais atento à nova problemática social e menos fascinado pelo ícone bolchevique do que a *GP*; também fez acções exemplares, como o assalto à sede do patronato francês, para apoiar os trabalhadores imigrados, em Janeiro de 1970, mas recusou a lógica do cocktail Molotov; da sua área de influência saíram os movimentos feministas, como o *MLF*, o Movimento de Libertação das Mulheres, que teve alguma influência em Portugal. *Vive la Révolution!* auto-dissolveu-se na Primavera de 1971, devido sobretudo ao desenvolvimento das questões de sociedade que marginalizavam o partido proletário, incapaz de fazer a mediação entre a greve e a lei do aborto.

A questão do recurso à violência é importante nesta fase de recuo e dispersão. Muitos militantes defendem-no. Os maoístas receberam a oferta de lotes de armas, provenientes dos *Franco-Tireurs et Partisans*, um movimento armado de resistência ao ocupante nazi durante a Segunda Guerra Mundial, próximo do PCF, mas recusaram a oferta. A *GP* disse que era violenta mas não o foi de facto. Depois da sua dissolução, alguns militantes terão pensado em enveredar pelo caminho da violência mas não o fizeram. É possível que a rejeição generalizada da violência revolucionária por parte dos maoístas tenham ficado a dever-se ao mito da adesão maciça do campesinato ao partido revolucionário, mito propalado pelos ml franceses em alternativa ao mito da conquista do palácio de Inverno, o símbolo da

acção violenta de uma minoria revolucionária na Rússia. Houve um movimento terrorista francês, a *Action Directe*; foi posterior a Maio de 68 e não teve relação directa com ele; aliou-se à *Rote Armee Fraktion* alemã (*RAF*, também conhecida por grupo, ou gangue, Baader-Meinhoff, 1979-1987); mas foi sempre fraco e sem influência política.

As breves notas acima não pretendem resumir as acções de todos os movimentos que são herdeiros directos dos «acontecimentos de Maio», mas apenas sumariar os mais importantes de entre eles.

Maio de 68 e o Movimento Mundial dos Estudantes

Maio de 68 não é nessa época o primeiro nem o único movimento estudantil com uma aparência – e uma substância – revolucionária. Sem falar de novo nos portugueses, sem mencionar os espanhóis, sem mencionar a Polónia, temos muito que ver. Os estudantes da Alemanha Ocidental também – e combaterão depois as leis de excepção, o imperialismo e o militarismo, aliados à chamada «oposição extra-parlamentar».

O movimento alemão evolui em paralelo com o francês. A 2 de Junho de 1967, a polícia matou em Berlim Bruno Ohnesorg, um estudante anónimo, que participava numa manifestação contra o Xá do Irão. A 11 de Abril de 1968, Rudi Dutschke, um dirigente libertário, foi gravemente ferido num atentado que parecia resultar da campanha dos jornais do grupo Springer, que eram democráticos, pró-América, pró-NATO, anticomunistas e anti-neutralismo alemão. Este atentado, aliás, excitou Nanterre. Para Ingrid Gilcher-Holtey, professora de história contemporânea na Universidade de Bielefeld e boa conhecedora da França, aqueles dois acontecimentos são «críticos», no sentido que Bourdieu dá a esta expressão no *Homo Academicus*, mas são insuficientes para transformar o protesto em revolução; com efeito, «é em França, e em França apenas, que há apoio recíproco do movimento estudantil e do movimento operário». Os sindicatos alemães, porém, de algum modo se associaram aos estudantes. Por isso, seria mais exacto afirmar, com Touraine – actor dos «acontecimentos» que a partir deles desenvolveu uma interessante teoria sociológica –, que na Alemanha apenas houve movimento estudantil e em França houve também movimento operário, ambos pondo em causa as instituições vigentes (ver também Ross). Com efeito, a 11 de Maio de 1968, quando começam «os acontecimentos» em França, os estudantes e os sindicatos alemães fazem manifestações separadas por ocasião da segunda leitura da lei do estado de excepção. Gilcher-Holtey assinala que a fase de desmobilização dos dois movimentos começa no mesmo dia: a 30 de Maio de 1968, a França decide fazer eleições parlamentares e a Alemanha aprova a lei do estado de necessidade («Eléments ...»). A Alemanha enfrentava o seu passado nazi,

o que reforçava a dimensão anti-autoritária, e a França a sua herança colonial, o que reforçava a dimensão anti-imperialista, dirigida em primeiro lugar contra os Estados Unidos.

Em Itália, o movimento começa mais cedo do que em França e durará mais, tendo um certo êxito na ligação entre estudantes e operários fabris.

Na Holanda, os «provos» tinham também sido precursores.

Na Checoslováquia, está em curso a «Primavera de Praga», dirigida pelo comunista democratizante Alexandre Dubcek, com uma larga componente estudantil, mas em Agosto, os carros de combate da Rússia comunista põem termo à experiência.

Há quem pense que «estas diferentes correntes de protesto se apoiam umas nas outras» mas «apoio» é excessivo: conheciam-se umas às outras, esse conhecimento de algum modo as encorajava a todas elas, mas não tinham o mesmo programa nem estavam ligadas por uma Internacional que aliás ninguém quis esboçar (Gilcher-Holtey, «Eléments...»).

O movimento de revolta estudantil não ocorria apenas na Europa. No México, os estudantes combatem a repressão brutal, durante os Jogos Olímpicos. Os estudantes norte-americanos combatem a guerra no Vietname. Na China, a «Revolução Cultural», iniciada em 1965, era um fenómeno de juventude no qual se destacavam os «guardas vermelhos», utilizados pelo velho autocrata para «bombardear» os «quartéis-generais» comunistas (Mao lançara esta palavra de ordem a 16 de Maio de 1966). Philippe Sollers, o fundador de *Tel Quel* e original romancista, que Mao interessou, por ter desempalhado a revolução, foi ao ponto de afirmar que, sem o exemplo chinês, Maio de 68 não teria ocorrido

Aqueles movimentos tinham pontos de contacto e de divergência entre si. Começamos pelas divergências. Só o movimento norte-americano é dominado pela questão mundial; tanto o chinês como o francês são centrados na situação interna; o inglês e o alemão ocupam uma posição intermédia, parecendo satelitizar o americano e o francês, respectivamente. O movimento chinês é manipulado pelo dirigente máximo da velha ordem, ao passo que os outros se opõem frontalmente a toda a velha ordem.

Outra divergência importante é a atitude face à violência na fase de refluxo: os movimentos alemão e italiano são dominados pelo militarismo e pelo terrorismo revolucionário – *Rote Armee Fraktion*, *Brigade Rosse* – ao passo que em França a *Action Directe*, o único grupo esquerdista e terrorista, como vimos, é posterior e quase insignificante. As causas desta profunda diferença só ressaltariam de um exame comparativo mais aprofundado, no qual a contra-prova italiana teria um papel central.

As semelhanças concentram-se nas dimensões anti-autoritária e anti-hierárquica (Gilcher-Holtey, «Eléments...») e, no sentido positivo, na afirmação da liberdade pessoal. Todos os movimentos são dominados pela lógica do Terceiro

Mundo: a China comunista separa-se então da Rússia para tentar encabeçar o movimento dos povos colonizados pela Europa, apresentando-se como vítima, ao passo que os europeus se preparam para carregar o novo «fardo do homem branco» (a má-consciência) e os americanos – a primeira colónia a conquistar a independência após uma guerra de libertação – pretendem seguir um caminho decente.

As ideias resumidas

A ideologia de Maio de 68 é difícil de apreender.

Os acontecimentos não tiveram nem um papa, nem uma igreja, nem um partido – e nunca vieram, ou ainda não vieram a ter o seu *Code Civil*, o instrumento que Napoleão, herdeiro da Revolução Francesa, usou para a cristalizar. A ideologia de Maio de 68 é tudo o que foi dito pelos numerosos actores e descrever é já interpretar um pouco – pois a ninguém é dado reproduzir todos os discursos, todos os cartazes, todas as pinchagens, todos os slogans, todas as acções simbólicas do movimento.

Descrevamos, interpretando sem querer. Usaremos sobretudo os slogans escritos nas paredes e as frases emblemáticas.

Há um pólo visível das ideias de Maio: é o que se opõe à selecção, à repressão sexual ou outra, à produção como instrumento de repressão ou como valor em si própria, e que simetricamente afirma o primado do prazer.

Nesta corrente estão inscritos os grandes temas com os quais mais tarde Maio de 68 foi identificado: a autogestão, a libertação sexual, a libertação das mulheres, a pedagogia anti-repressiva nas escolas, a autonomia social – e não moral, no sentido kantiano.

«É proibido proibir», escrito na Sorbonne, é o slogan que melhor resume este pólo. «O sonho é realidade», slogan escrito nas paredes de *Censier*, acentua a dimensão «a imaginação toma o poder», na escada do Instituto de Ciências Políticas, conhecido por *Sciences Po*. Por isso «a história ensina que temos o direito de nos revoltar, desde que arrisquemos a nossa vida», na galeria de Letras da Sorbonne. A autoridade errava sempre: «Concurso do professor mais burro Ousai assinar as provas do exame», ensinava um slogan no pátio da Sorbonne – e no grande anfiteatro era esclarecida a natureza de quem dava notas: «Quem é capaz de atribuir um número a um texto é uma besta». Com efeito, o «exame = servilismo, promoção social, sociedade hierarquizada» (*Censier*). A selecção – uma palavra-chave – é sempre má, pois equivale a repressão. A base tinha sempre razão: «assistimos a uma inversão na luta do proletariado, os operários decidem na base, os sindicatos rivalizam para preservarem o exercício de um poder de decisão que até hoje impediu o despertar revolucionário», analisava uma frase no edifício C de Nanterre. A razão da base era referida numa palavra: contestação.

Contestação era a afirmação dos fracos. Reivindicação era o peditório sindical dos fracos. Se a base tinha sempre razão, qualquer organização dotada de organismos dirigentes violava essa sua base – e devia ser contestada. A contestação precedia assim a libertação. Sem direcção, a espontaneidade era o valor supremo da organização. A burguesia era uma grande responsável: «a burguesia não tem outro prazer que não seja degradar todos os prazeres», ensinava uma parede da Faculdade de Direito da rua de Assas. O prazer era a lei máxima do movimento. Uma consequência se impunha: «Sede realistas, pedi o impossível» (*Censier*).

Mas, por trás deste rosto sorridente, Maio de 68 mostra dentes inquietantes. Vejamos o caso exemplar. Vindo de Tunes, no Inverno de 1968-69, Michel Foucault, que acabara de publicar *Surveiller et Punir*, chega à Universidade de Vincennes, um *gbeto* do «esquerdismo», herdeiro de Maio de 68. «Era difícil dizer fosse o que fosse em Vincennes sem que alguém vos perguntasse: ‘falas donde?’» (*D’où tu parles?*). Em Portugal era «qual é a tua posição de classe?». O autor de *Les Mots et les Choses*, em entrevista com Roger-Pol Droit, confessava então «um grande abatimento»: «sob a aparência de uma questão teórica e política», era «uma pergunta policial», «uma pergunta identitária». A lógica do *soupçon* contaminava assim os que dela queriam desfazer-se. Quem não falasse do lado certo, não tinha direito de existir – e esperava-o um campo de reeducação, como aos recalcitrantes contra a «revolução cultural» chinesa. «É proibido proibir» também resume este pólo autoritário: a primeira proibição é boa, a segunda má. Era o pólo preferido dos maoístas, que acentuavam o papel da posição de classe, mas mesmo o libertário Cohn-Bendit tinha sempre na boca o insulto «fascista!», que não prognosticava nada de bom para o destinatário.

Entre estes dois pólos, está uma lógica aristocrática, individualista, por vezes sádica. «Não vos chateeis, chateai os outros!», era recomendado no átrio do rés-do-chão, Nanterre. Um velho valor aristocrático renasce: «A preguiça é agora 1 crime Sim mas ao mesmo tempo 1 direito», em *Censier*. Um velho slogan anarquista adquire uma dimensão individualista: «Nem Deus nem Senhor. Deus sou eu», também em *Censier*. Esta frase, extraída da introdução do *Traité de Savoir-Vivre à l’Usage des Jeunes Générations* de Raul Vaneigem, tinha também um recorte elitista: «Não queremos um mundo onde a certeza de não morrer de fome é trocada pelo o risco de morrer de tédio». O «desde que arrisquemos a nossa vida», acima citado, remetia também para valores heróicos e pouco proletários. Eram frases nos antípodas do miserabilismo do PCF, que continuava a forjar *slogans* pauperizados do tipo «Pompidou des sous» («Pompidou dás-nos tostões»; em francês, é uma rima fácil).

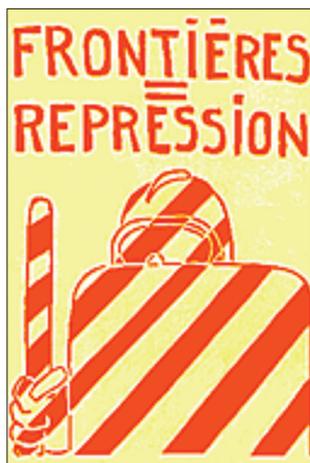
Em Maio de 68, não aparecem, com efeito, *slogans* miserabilistas e as reivindicações económicas são secundárias. Pelo contrário: os militantes exibem uma dimensão surrealista e um toque de «dandysmo». «Os benefícios sociais, é a morte», uma frase pinchada na Sorbonne, tipifica o predomínio da liberdade



sobre a igualdade e de um certo aristocratismo. A revolução era o prazer: «uma revolução que pede que nos sacrifiquemos por ela é uma revolução velhota», afirmava uma parede da escola de Medicina. Estamos nos antípodas da social-democracia prestadora de serviços ou do leninismo instaurador da igualdade à Maeterlinck, inspirada na vida das abelhas.

O apelo à violência era aristocrático e lançava as suas raízes na «acção exemplar» anarquista, na «propaganda pelo acto», mas parecia fazer a ligação com o leninismo-maoísmo e isolar os «reformistas» do PCF. «O fogo realiza», exclamava o edifício C, 3.º andar, Nanterre. «Amo-te!!! Oh! Diz isso com pedras da calçada!!!!», revelava o átrio rés-do-chão A1 Nanterre. «A conclusão de todo o pensamento é a pedra da calçada», concluía a Sorbonne.

Devemos também referir duas outras dimensões das ideias de Maio de 68: a internacionalização é a primeira. «Estamo-nos nas tintas para as fronteiras», afirmava o átrio da biblioteca de *Sciences Po*. Já vimos o «somos todos judeus alemães», que foi um slogan nuclear.



Maio de 68 era contra as fronteiras porque era contra o Estado-Nação.

A segunda ideia é a seguinte: Maio de 68 era pelo movimento contra a paragem. «A revolução é a INICIATIVA», dogmatizavam as paredes do teatro do Odeon.

Resumamos o resumo: Maio de 68 não tem programa unificado: tem aspirações; mas são contraditórias, pelo menos em parte. Alguns autores do movimento tinham essa noção. Numa parede de *Censier*, um anarca escreveu: «SEXO Está bem, disse Mao, mas não em demasia». Ou, também em *Censier*: «Penetrai



ideologicamente nas classes operárias' (Quem quererá ser enrabado?)». Os m-l da *École Normale Supérieure* não apreciariam, por certo. A ironia tinha o seu preço.

Maio de 68 era a liberdade contra toda e qualquer opressão. Nem todos concordam. Philippe Raynaud, um politólogo francês, afirma que essa interpretação libertária foi popularizada pela comunicação social e pelo *Libération* em particular e que não seria aceite pelos que continuam a ser militantes de base. A aceitação pelos actores sociais não é, porém, prova sociológica. Ora mesmo os maoístas de Maio de 68 prezavam a liberdade.

Os antecedentes intelectuais de Maio de 68

Só depois dos acontecimentos foi possível identificar os seus antecedentes intelectuais. Com efeito, ninguém previu Maio de 68. Como vimos, Georges Pompidou, o chefe do governo francês, estava no Afeganistão quando eles ocorreram. De Gaulle partiu tranquilo para a Roménia já depois da «noite das barricadas». É certo que Pierre Vianson-Ponté publicara no *Le Monde* datado de 15 de Março de 1968, um célebre artigo intitulado «Quando a França se aborrece...» («Quand la France s'ennuie...») no qual contrastava a quietude dos estudantes franceses com a agitação dos seus colegas no resto do mundo e previa uma crise do gaullismo; mas era mais um desabafo do que uma previsão.

Os anarquistas reivindicaram os acontecimentos; tinham razão, na medida em que eles eram libertários. Não parece, porém, que o anarquismo clássico tenha marcado Maio de 68.

Foi mais influente o situacionismo, cujos nomes maiores são Guy Debord e Raoul Vaneigem; as suas obras tiveram algum eco entre os estudantes universitários; Vaneigem publicou em 1967 o influente *Traité de Savoir-Vivre à l'Usage des Jeunes Générations*. Mas Cohn-Bendit refere que os situacionistas de Nanterre eram de mau trato.

Outro livro fundador foi *Les Héritiers*, de Bourdieu e Passeron: um inquérito sociológico demonstrava que os estudantes universitários eram os herdeiros da posição de classe dos pais, ao invés de serem escolhidos pelos seus méritos (1964). A sua ciência sociológica parecia assim demonstrar que era falso o mito fundador da República francesa: a escola libertava e igualizava. *Les Héritiers* estava no cerne de Maio de 68: a escola era um meio de reprodução da sociedade capitalista. Era a crise de reprodução, como Bourdieu diria mais tarde, caracterizando «os acontecimentos».

Bernard Brillant salienta que nos anos 1960 a filosofia tradicional francesa, e o existencialismo em particular, perdiam terreno, em benefício das ciências sociais, sobretudo do estruturalismo: a antropologia de Claude Lévi-Strauss, a psicanálise de Jacques Lacan, a linguística-semiótica de Roland Barthes, a linguís-

tica de Noam Chomski, a epistemologia prática de Michel Foucault que em 1966 publica *Les Mots et les Choses*. As dissimétricas releituras do marxismo – fundamentalista e estuturalista, das bandas de Louis Althusser, reformadora e humanista pelo lado de André Gorz, Roger Garaudy, Henri Lefebvre – revelavam a crise desta corrente. Paris entrava na era do «soupçon», da desconfiança. Na literatura, *Tel Quel*, de Philippe Sollers e Jean-Edern Hallier, começava um novo movimento crítico-criativo que tinha no *nouveau roman* um expoente: fora encetada a destruição dos velhos códigos da narração escrita (Alain Robbe-Grillet, Nathalie Sarraute, Michel Butor). Nas artes visuais, surgiam também novas correntes: arte conceptual, nova figuração, *bappenings*. No campo político os Comitês Vietnam e Tribunal Russell (1966) estabeleciam terreno novo: era a intromissão do Terceiro Mundo na política interna francesa, contra a vontade do PCF e dos socialistas europeístas ou atlantistas (Brillant, *Les Clercs de 68*).

O *Homem Unidimensional*, de Herbert Marcuse, um filósofo da escola de Francforte, exilado nos Estados Unidos desde o começo do nazismo, sintetizava o que seriam os grandes temas do movimento: o capitalismo impunha tanto o consumo como a repressão, social e psíquica. O PCF era apenas sensível à repressão económica. A paleta esquerdista seria bem mais vasta. Marcuse integrava os 3M da revolução: Marx-Mao-Marcuse (Aron, *Mémoires*, II, pp. 676-678).

Estas referências devem ser lidas mais como sinais dos tempos do que como causa dos «acontecimentos».

A acção da Igreja católica: o Concílio do Vaticano II

O pólo religioso está também activo. O Concílio do Vaticano II (1962-1965) quer «aggiornare» a Igreja. Os mais radicais têm um programa conciliar máximo, de regresso a uma imaginária Igreja dos tempos apostólicos: substituição do poder do Papa pelo do povo de Deus organizado em comunidades de base, supressão da cúria romana – substituída por um sínodo permanente dos bispos, que seria o parlamento da República eclesial –, eliminação de todo o fausto litúrgico, abolição do poder eclesiástico; no campo teológico, substituição do pecado pela entrada livre no paraíso – livre no duplo sentido de não ser vedada a ninguém («Deus é Pai») e, presumivelmente, de não ser obrigatória. Moderados e radicais julgam possível desinventar a Ortodoxia e a Reforma; ambos crêem que a unidade dos cristãos está ao alcance da mão. As expectativas conciliares são altíssimas. Vejamos um exemplo. A 20 e 21 de Janeiro de 1962, organismos universitários e dos meios independentes da Acção Católica Portuguesa (ACP) promovem no colégio S. João de Brito um encontro sobre o concílio ecuménico e a unidade da Igreja. Na sessão plenária inaugural, o cardeal Cerejeira afirma que uma «grande esperança surgiu no mundo» quando o Papa anunciou o Concílio e salienta que

o mundo aspira à unidade. O orador das sessões plenárias é o P.^c João Maria de La Croix Kaelin OP, assistente internacional da *Pax Romana*, e portanto alguém com responsabilidades vaticanas; na terceira sessão plenária vai ainda mais longe do que o Patriarca; diz que o Concílio «poderá constituir uma verdadeira surpresa para o mundo, tornando uma realidade a unidade da Fé e a reunião de todos os cristãos num só Corpo Místico» (*Boletim Oficial da Acção Católica Portuguesa*, n.º 332, Fevereiro de 1962, p. 223). Dois meses depois, no número de Abril de 1962, a *Lumen*, a revista de formação do clero secular, Mons. Avelino Gonçalves tenta deitar água nesta santa fervura ecuménica mas não vai até ao fim da sua prudência: «seria porém ingenuidade supor que a união de todos os separados se verificará com o Concílio». De todos. A reserva não excluía um grande movimento de unificação ecuménica, apenas excluía que fosse «de todos» – reserva que sublinhamos sem desfazermos na importância teológica deste «todos».

O Concílio não mudou tanto como todos sonhavam mas mudou muito: critica e reorganiza a cúria romana, sonha substituir o poder solitário do Papa pelo do sínodo dos bispos, acaba com as missões *ad gentes* e reconhece a Igreja aos povos colonizados, substitui o latim pelo idioma corrente como língua litúrgica, simplifica a liturgia, enfraquece a confissão auricular e reforça a comunhão em espécies, dificulta o baptismo das crianças para impedir a cristandade, desencoraja as formas de piedade tradicionais como as procissões na via pública, estabelece órgãos participativos para a gestão das dioceses e paróquias; reforça o papel dos leigos. Na sua atitude, o Concílio é a primeira lufada de modernidade simbólica no clima gélido da «Guerra Fria» e antecipa o movimento de Maio de 68: inova contra as formas antigas, em particular as que são ou parecem ser autocráticas e reforça o papel do Terceiro Mundo.

Os sujeitos de Maio de 68

Abordaremos de modo também muito sucinto a problemática dos sujeitos de Maio 68. Contrastam de modo claro com a prática anterior. O específico dos «acontecimentos» é assentarem em organizações em rede, sem centro, sem auto-riedade distinta da dos seus membros. Nestas organizações, o poder está na base: são os plenários intermináveis; o leitor participou neles ou ouviu descrições: cada participante tem o direito de intervir quando quiser; são os célebres «ponto de ordem à mesa» que a mesa sempre aceitava, mesmo quando consistiam num discurso sobre o fundo. O Movimento 22 de Março é típico desta nova organização que se contrapõe ao modelo leninista tanto como ao da democracia representativa.

Logo durante «os acontecimentos», foram estabelecidos Comitês de Acção, cada um com cerca de 25 membros, sem grandes barreiras à entrada; reuniam todos os dias, para deliberarem e agirem – quebrando com a tradição social-

democrata do dirigente que pensa e decide para uma base militante que obedece e executa. Aqueles Comitês procuravam reunir estudantes e trabalhadores, sobretudo operários de indústria; tinham por bases escolas e empresas mas também bairros. A 24 de Maio, há 400 Comitês, nos quais participam militantes de partidos de extrema-esquerda a título pessoal; estavam ligados por uma comissão de coordenação na Sorbonne.

Na velha dilemática marxista, Maio de 68 era a comuna, ou o soviete, que ganhara ao partido. Antes de Maio, vencera o partido fechado, centralizado e autocrático; depois de Maio, ganhava a comuna, aberta, descentralizada e libertária. É o movimento contra as instituições, na terminologia de Touraine que, a propósito do Movimento 22 de Março, traça o retrato do ideal orgânico do Maio de 68: «não sendo nem uma seita nem uma célula, mas um movimento aberto, definindo como membros os que participassem activamente em acções práticas, sem se preocupar com a ideologia e por conseguinte reduzindo as querelas intestinas que dificultam o desenvolvimento dos grupos dogmáticos, o movimento dirigia-se abertamente aos estudantes, criando um clima, discutindo com todos, multiplicando as iniciativas» (*Le Communisme Utopique*, p. 132).

Estas organizações do movimento, porém, nunca foram tão longe quanto os seus autores desejavam. Os Comitês de Acção terão tocado quando muito um quarto das empresas em greve.

Até às eleições de 30 de Junho de 1968, a base venceu a estrutura: a iniciativa e o espontaneísmo derrotaram a burocracia e a organização. Mas a mudança a favor das estruturas pesadas, aliás já iniciada em meados de Junho, acentuou-se depois. Convém não esquecer que as organizações leninistas – estruturadas em torno de uma direcção centralizada –, existiram desde o começo de Maio de 68 e tiveram nele um papel importante. Estavam neste caso, embora os seus modelos orgânicos não fossem em absoluto idênticos, os trotskystas da *JCR* (mais tarde *LCR – Ligue Communiste Révolutionnaire*, resultado da fusão da *JCR* com o Partido Comunista Internacionalista – IV Internacional de Pierre Franck, Abril de 1969), mas também da *Voix Ouvrière* (mais tarde *Lutte Ouvrière*), que recusava fazer trabalho político na universidade, ainda que fosse no essencial um movimento de estudantes, e da *Fer*, a organização de juventude da *OCI (Organisation Communiste Internationaliste*, de Pierre Lambert), «entristas»; e os pró-chineses da *Union des Jeunesses Communistes marxistes-leninistes (UJCml)* e o *Parti Communiste marxiste-leniniste de France (PCmlF)*.

Assinalemos o papel dos serviços de ordem: mesmo no auge libertário de Maio de 68, as organizações espontaneistas e os seus manifestantes não dispensavam este tipo de organização forte e autoritária, cujos quadros eram a maior parte das vezes fornecidos pela *JCR*. Na fase de refluxo, estas organizações prosperaram sobre a derrota do movimento. A *Gauche Prolétarienne*, conservando embora parte da energia inicial, rendeu-se também a soluções muito estruturadas.

As causas

Tendo resumido os factos, as ideias e os agentes de Maio de 68 em França, tentemos então compreendê-los. Para os compreendermos, comecemos por tentar identificar as suas causas, antes de lhes procurarmos as consequências.

O exame das causas de Maio requer em primeiro lugar que arredemos alguns preconceitos que deformam a visão. Analisaremos depois as causas próximas dos «acontecimentos».

Três preconceitos

Examinemos pois os três tipos de preconceitos que dificultam a compreensão de Maio de 68: a teoria da conspiração, a da originalidade absoluta e o marxismo estalinista.

A teoria conspiratória

Afastemos logo as teorias conspiratórias: os acontecimentos de Maio teriam sido provocados pelos serviços secretos anglo-saxónicos pois a política de De Gaulle era favorável ao padrão-ouro o que prejudicava os Estados Unidos e a Grã-Bretanha («Notes: May '68 vs. Charles de Gaulle»). Estes pesadelos não merecem que com eles gastemos mais o nosso tempo.

O marxismo estalinista

Foi mais influente a ocultar Maio de 68 aquela versão do marxismo em que José Estaline substituiu a dialéctica frágil de G. W. F. Hegel pelas certezas endurecidas do positivismo de Auguste Comte. Este marxismo estabelece uma ilusão de óptica inicial que tolda a compreensão dos «acontecimentos» de Maio de 1968. Vejamos essa ilusão. Nos anos 1960, a ideia da revolução era concretizada na insurreição urbana. Esta herança de 1789, 1848 e 1917 fora desenvolvida pelo estalinismo que a conservou cristalizada. A insurreição urbana, dirigida por uma vanguarda revolucionária, era a revolução – e, com a técnica adequada, era possível, ao virar de uma esquina da história ou de uma invasão pelo Exército Vermelho. Maio de 1968 é assim visto desde o primeiro dia como o pródromo duma revolução, por ser uma insurreição, ou como uma não-revolução, por ter sido iniciada por estudantes. Para o PCF – e os outros PC de obediência soviética –, o caso estava julgado: não havia revolução sem vanguarda proletária; a vanguarda revolucionária era o PCF; o PCF afirmava que não havia revolução onde

a estudantada dirigia – e portanto não havia revolução. Este silogismo simples dispensava e impedia o exame da realidade e o exame do PCF. Por cá, o Dr. Cunhal resumiria a tese: a agitação era *O Radicalismo Pequeno-Burguês de Fachada Socialista*.

No após-Maio, os «esquerdistas» acusarão o PCF de ter traído a revolução – e o PCF acusará os «esquerdistas» de não terem compreendido que não havia revolução alguma. Esta acusação era auto-provada, pois o PCF combatiera a revolução tanto quanto pudera.

A guerra semântica: a palavra «Revolução»

Nesta guerra político-intelectual, a palavra «revolução» era decisiva, sobretudo para a luta pela hegemonia entre o PCF e os esquerdistas, como a secção anterior sugere. Os comunistas rejeitavam-na pois diluíam «os acontecimentos» num conflito social, embora de escala maior do que o habitual. Para o PCF, Maio de 68 era um «vitorioso movimento grevista», como dirá o secretário-geral Waldeck Rochet. Utilizavam a palavra os autores dos acontecimentos, ou os que lhes eram simpáticos, ou os apenas neutros. Sartre publicou logo um panfleto intitulado *Os Comunistas Têm Medo da Revolução*. O Clube Jean Moulin, uma então célebre associação política de esquerda moderada, também pôs a palavra no título de um opúsculo que consagrou aos acontecimentos: *Que Fazer da Revolução de Maio?* Jean Bloch-Michel, um crítico literário de origem marxista, classificou «as jornadas de Maio» como «uma revolução do século XX». Chris Harman, dirigente dos International Socialists, qualificou Maio de 68 de «oportunidade revolucionária perdida».

Os escritos de Henri Lefebvre (1901-1991), em particular *L'Irruption de Nanterre au Sommet*, publicado durante «os acontecimentos», são reveladores destes dramas do marxismo de origem estalinista. Lefebvre era então um filósofo próximo desta corrente; fora expulso do PCF em 1957, mas nunca o agrediu; depois de muitas deambulações teóricas – oriundo do surrealismo, relacionou-se com a Internacional Situacionista, visitou as problemáticas das cidades, da juventude e da autogestão –, chegava a uma conclusão que o não era: os «acontecimentos» não eram nem «um movimento radicalmente novo» nem o «regresso à luta de classes»; eram «uma situação revolucionária sem revolução». Lefebvre mantinha a porta entreaberta aos marxistas estalinistas.

No fundo, o qualificativo «revolução» é recusado aos acontecimentos de Maio por lhes faltar aquele q.b. de violência necessário a uma boa e verdadeira revolução. É o que Alexandre Kojève, um russo semi-branco e filósofo neo-hegeliano, diz a Raymond Aron a 29 de Maio: «não há revolução, pois ninguém mata nem quer matar» (*Mémoires*, II, pp. 674-675).

Não será esta concepção de revolução demasiado datada?

A originalidade absoluta

Outros tomam uma posição que dificulta, se não impede, a análise de Maio de 68: ela seria um caso único, um acontecimento impensável. Nesta direcção, Gilles Deleuze e Félix Guattari escrevem: «Maio de 68 é da ordem do puro evento, livre de todas as causalidades normais ou normativas» (“May 68 Did Not Take Place”). Mesmo que haja outros «puros eventos», não melhora a nossa compreensão de nenhum deles. Os historiadores não o podem compreender – nem nenhuma ciência. Não há ciência do singular absoluto.

As causas de Maio de 68

À cabeça, uma causa de Maio de 68 tem que ser rejeitada: a miséria. Não só as ideias dos «acontecimentos» eram anti-miserabilistas: os próprios acontecimentos excluía o miserabilismo da explicação histórica da revolução. Com efeito, eles ocorrem nos «30 gloriosos», as três décadas de crescimento económico imparável e de melhoria do nível de vida destacadas por Jean Fourastié. Nas suas memórias, Aron assinalou esta dimensão; havia quem invocasse, para explicar Maio de 68, a «lei de Toqueville»: «é quando os males se atenuam que as queixas se multiplicam e que a explosão ocorre» (II, p. 677).

A explicação do porquê de Maio de 68, das suas origens, aparece-nos fugidia. René Rémond escreve: «para o historiador, a desproporção entre o ponto de partida, limitado, e a conclusão, desmesurada, permanece um mistério» (*Une Mémoire...*, p. 151). Mao Tse-Tung, para os marxistas-leninistas, teria antecipado esta desproporção: «a faísca incendeia a pradaria» – quando o proletariado está vigilante. Aristóteles, há mais tempo, tinha assinalado que «as revoltas nascem de minudências» (*Política*, 1303b 15-20). A proibição de os estudantes de Nanterre entrarem nas residências universitárias femininas terá sido uma dessas minudências. A «desproporção» é acentuada pela surpresa que Maio de 68 causou a muitos dos seus actores. Tendo sempre em conta que não há ciência do particular, passemos do pretexto, da «faísca», à causa próxima dos acontecimentos: a extraordinária falta de habilidade do Estado gaullista. Salazar sentira-se abalado pelas palavras de um bailarino; o gaullismo tremeu ante 400 estudantes que se manifestavam no pátio da Sorbonne contra uns castigos disciplinares a meia-dúzia de obscuros e semi-obscuros estudantes – e por isso decidiu prendê-los; ao mesmo tempo porém, reduzia a revolta a uma caso de polícia. A 5.^a República começou pelas violências que revoltam – mentiu para prender os estudantes manifestantes – e passou às transigências que humilham – a re-abertura da Sorbonne. Não dizemos que as instituições estatais francesas eram menos fortes do que as norte-americanas, por exemplo. Seriam ou não. Afirmamos apenas que se senti-

ram atingidas na sua existência e agiram com má tática. Esta inabilidade precipita uma reação maciça dos estudantes e a divisão do corpo docente. A violência no combate das ruas não era uma novidade na vida política francesa – e dava uma boa «photo opportunity». Os meios de comunicação social divulgaram e internacionalizaram os acontecimentos a um ponto até então desconhecido. Era a primeira grande sublevação popular televisionada – embora a preto e branco e em diferido. Quando já a seguir virmos as consequências de Maio de 68, teremos que, queiramo-lo ou não, lançar um novo olhar sobre causas mais fundas.

Referimos as causas próximas dos «acontecimentos». O movimento de ideias no qual se inserem os «acontecimentos» será visto a seguir, a propósito das consequências.

Consequências no triângulo institucional: Igreja, Forças Armadas, Estado

Tentemos agora identificar as consequências de Maio de 68, procedendo a uma interpretação de tipo 2. Só evocaremos as consequências portuguesas de Maio de 68 a propósito da Universidade.

O senso comum acha que Maio de 68 perdeu e é irrelevante; dá uma razão: não originou mudanças no triângulo institucional, em particular no Estado. Vejamos o que é o «triângulo institucional», em poucas palavras. O Estado é a instituição triangular correspondente à *ordem* povo. As Forças Armadas correspondem à *ordem* da segurança. A Igreja corresponde à *ordem* simbólica – a Maçonaria é para estes efeitos uma Igreja. A *ordem* é a primeira e mais simples organização social: o *povo* corresponde à reprodução, tanto biológica como económica; a segurança à garantia da segurança; e a simbólica à identidade. Em termos transcendentais kantianos, sem dependência da empiria, a *ordem* simbólica dá-nos a identidade; a da segurança garante a subsistência daquela identidade; a da reprodução garante a sobrevivência biológica e económica da identidade definida e garantida. A organização política é o conjunto das interações do triângulo institucional e das três *ordens* (Matos, *O Estado de Ordens*).

Será que não houve mudanças depois e por causa de Maio de 68? Começemos pelo coração.

Um episódio central ilumina a relação entre Maio de 1968 e as instituições triangulares: o começo dos «acontecimentos», a 3 de Maio. Ouçamos Touraine: «O importante é que a entrada da polícia no centro simbólico da universidade francesa, a saída pela rua da Sorbonne dos estudantes entregues à polícia foram de imediato sentidas como um golpe de força, como um atentado à universidade e como uma repressão brutal». É claro que entram em jogo as instituições triangulares. Repitamos a frase, pondo o nome da cada uma destas instituições, em itálico, junto ao troço da frase de Touraine que para ela implicitamente remete: «O importante é que a entrada da polícia, *integrando a instituição castrense e*

enviada pelo governo, cúpula da instituição Estado, no centro simbólico da universidade francesa, ... *integrando a instituição simbólica*, foram de imediato sentidas *pela ordem simbólica* como um golpe de força, como um atentado à universidade e como uma repressão brutal» (*Le Communisme Utopique*, pp. 35-136). O facto de a instituição Estado forçar a instituição castrense a violar a instituição simbólica provoca uma crise imediata. Foi aliás assim noutras ocasiões. O leitor tem presente o começo da crise académica portuguesa de 1961-1962?

Igreja

Nas instituições triangulares, começaremos pela Igreja, a instituição da primeira *ordem*, na sequência tradicional. A Igreja não é apenas a organização dos crentes em Deus; é toda a organização que trata do simbólico, que dá a identidade. A Universidade faz parte desta primeira *ordem* – e por isso, na Europa, durante séculos, esteve subordinada à Igreja Católica ou cristã. Em França, a escola desempenha um papel simbólico que é concorrente do da Igreja: a escola difunde e renova a ideologia laica e republicana que o Estado e a própria sociedade vêem como um dos seus mais poderosos factores de identidade.

Especifiquemos então a relação entre Maio de 68 e a instituição triangular Igreja. O mais relevante é a transformação da Universidade, centro produtor de elites da instituição Estado. Começemos por uma palavra sobre Portugal. A seguir, veremos a mutação na Universidade e no campo dos intelectuais. Veremos depois as mutações na Igreja Católica, por ser a mais significativa em França e sobre a qual há mais informação.

A Universidade

Maio teve entre nós outros efeitos imediatos; o principal foi o estímulo à transformação da luta estudantil. Parte dos estudantes, que militava na Universidade, queria, já antes de 1968, transformar a sua luta num combate à guerra colonial. O PCP opunha-se e eles não tinham força que bastasse. Maio de 1968 mudou esta situação. José Manuel Félix Ribeiro, em Económicas, foi por certo o primeiro a transformar as estruturas associativas – dando «o poder aos cursos», em detrimentos das associações, dominadas pelos militantes dos aparelhos, e pondo na mesa a questão dos conteúdos e dos métodos do ensino. Eram duas lições de Maio de 1968. A partir daí, o movimento estudantil só largou o tema da guerra quando ela acabou. Aquele novo método foi também aplicado, embora com especificidades, por José Mariano Gago no Técnico e mais tarde na Faculdade de Direito pelo «Deus» Afonso, o melhor e talvez mesmo o único

«situacionista» português. A Esquerda Democrática Estudantil (EDE) e o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) inspiram-se em Maio de 68; este modelar-se-á pelo estilo enérgico da *GP* mas era diferente a extracção universitária dos seus membros.

Vale a pena particularizar o efeito de Maio de 68 na Universidade francesa. Foi lá que tudo começou.

No rescaldo dos «acontecimentos», o general de Gaulle deixou Edgar Faure, um radical-socialista que era seu ministro da Educação, fazer uma reforma universitária, constante da lei de orientação votada pela Assembleia Nacional a 10 de Outubro de 1968. Faure quis consagrar a participação na gestão universitária e a pluri-disciplinabilidade no método de ensino mas manteve a rigidez e a estalidade do sistema. Em nome da participação, que então tanto agradava a de Gaulle, a lei determinou que o domínio pelos catedráticos fosse substituído pela eleição por três corpos a cada um dos quais foi atribuído um efectivo poder de veto: docentes, alunos, funcionários. Esta reforma institucional deu muito poder ao PC, pois era a única força política capaz de, com mais ou menos «submarinos», articular maiorias naquelas três corporações (Aron, *Mémoires*, II, pp. 696). Este benefício era o justo preço a pagar ao PCP pelos acordos de Grenelle. Era, porém, o contrário do espírito de Maio de 68. Os contestários foram para a reserva natural na Universidade de Vincennes (mais tarde Paris 8) onde podiam brincar uns com os outros sem incomodarem ninguém. Por lá se extinguiram.

O domínio universitário do PC e a manutenção da rigidez burocrática tiveram porém como efeito precipitar uma crise de longa duração da Universidade francesa: perdeu prestígio internacional, está sempre em risco de anomia e, também por isso, a França perdeu muito como centro de criatividade intelectual em termos mundiais ou mesmo europeus – embora a força da inércia seja grande.

A actual Universidade francesa não durará muito.

Os intelectuais e as ideias

A mais evidente consequência de Maio de 68 está no pólo simbólico da organização política; nele se destaca a re-estruturação do campo intelectual que é, no essencial, um sub-campo da Universidade e da Igreja – embora esta tenha nele um campo menor e por certo em decréscimo.

Os «maîtres à penser» são substituídos em massa logo na fase dos «acontecimentos», ou mesmo antes, como acima sugerimos. Sartre, um «maître-à-penser» do pós Segunda Guerra Mundial, aliou-se aos esquerdistas e não perdeu o comboio, mas a sua geração, que aliás estava já septuagenária, foi marginalizada (Jean-Pierre Le Goff, caps. 18, 21, 22 e 23). Surgem outros; por exemplo, Wilhelm Reich, Jacques Lacan, Gilles Deleuze e Felix Guattari, na psicanálise; Pierre

Bourdieu, Jean-Claude Passeron, Christian Baudelot, Roger Establet, Ivan Illich, A. S. Neill, na crítica do sistema de ensino; Illich de novo, André Gorz e René Dumont na ecologia; Michel Foucault na história das ideias; Claude Lévi-Strauss na antropologia; Herbert Marcuse na filosofia política; Louis Althusser, no marxismo; Charles Bettelheim, Paul Sweezy, Paul Baran na economia política marxista; Nikos Poulantzas, na filosofia política marxista.

Nesta preparação de grupos dirigentes intelectuais, outra consequência bem visível foi o nascimento dos «nouveaux philosophes» («novos filósofos»). A expressão é de Bernard-Henry Lévy, em 1976, em *Les Nouvelles Littéraires*, e designava um fenómeno desconhecido em França: um movimento intelectual contra o marxismo. *O Arquipélago Gulag*, de Alexandre Soljenitsyne, publicado em França em 1974, foi semente que germinou em almas adubadas pelo libertarismo e pelo anti-sovietismo de Maio de 68. As obras-chave dos «nouveaux philosophes» são anti-URSS: *La Cuisinière et le Mangeur d'Hommes* ou *Les Maîtres Penseurs* (1977), ambas de André Glucksmann, a melhor e mais sedutora cabeça do movimento; *La Barbarie à Visage Humain*, de Bernard-Henri Lévy (1977). Jean-Marie Benoist (1942-1990) cunha então a frase «Marx morreu». Maurice Clavel acarinhava-os. A esquerda clássica, que preparava a sua aliança com o PCF, não gostava deles. Para surpresa de muitos, Foucault defenderá *La Cuisinière et le Mangeur d'Hommes*; surpresa porque Foucault estava com os esquerdistas e nem todos diziam outro tanto de Glucksmann. O epistemólogo da «arqueologia do saber», como sempre escritor de génio, encontrou a fórmula que conciliava as faces direita e esquerda de Maio de 1968: Glucksmann traduzia «a cólera dos factos». Isto é: Maio era uma revolução contra todas as opressões e a favor de todas as liberdades. Os maoístas de Maio estavam no fundo persuadidos que a ditadura do proletariado era o mais livre dos Estados e só por isso a queriam (Weill, «Débat...»).

Régis Debray, em *Le Pouvoir Intellectuel en France*, afirma que Maio de 68 terminou o «ciclo editorial» do poder intelectual, iniciado em 1920 com a *NRF*, a *Nouvelle Revue Française*, uma prestigiada revista literária, dando vez ao «ciclo media (meios de comunicação social)»: o poder intelectual era dado pela *NRF* e passou a ser conferido pela televisão.

*

Antes de Maio de 68, o Estado tendia a absorver as instituições simbólicas: a Universidade – e aí esteve a origem da crise –, as Igrejas e sobretudo a comunicação social. Maio de 68 autonomiza a comunicação social da direcção estatal – mas tende a transformá-la num pólo autónomo da ordem simbólica, o que é uma inexactidão pois, embora em regime de liberdade, deve estar subordinada à instituição triangular do simbólico. Por essa vontade faustiana de autonomia sem limite nem fundamento, a comunicação social entrou num processo de descredibilização.

A lógica de provocação-repressão das acções directas e simbólicas da *GP* eram assimiladas pela comunicação social que as valorizava ao máximo.

*

Talvez Gilles Deleuze e Félix Guattari tivessem razão quando escreveram: «Maio de 68 não foi uma crise nem a reacção a uma crise. Pelo contrário. A actual crise francesa resulta da incapacidade de a sociedade francesa assimilar Maio de 68» (“May 68 Did Not Take Place”).

A Igreja Católica

A Igreja – insistamos – inclui todas as instituições da primeira *ordem*, a ordem simbólica – e não é um conceito teológico; de entre a instituição simbólica francesa, salientaremos a Igreja Católica. A organização em geral designada por Maçonaria, que *boc senu* consideramos uma Igreja – pois é uma instituição corresponde à *ordem simbólica* –, é influente em França mas há poucas informações sobre a sua acção em Maio de 68 (Matos, *O Estado de Ordens*, p. 99).

A Igreja Católica poderia reclamar a seu crédito o ter sido uma precursora de Maio de 68 com o Concílio do Vaticano II. Com efeito, este Concílio questionou a autoridade tradicional e revalorizou o livre exame individual – ainda que não fosse esse o seu escopo declarado. Contudo, a Igreja Católica não reclamou a paternidade destes conceitos; pelo contrário: parece ter-se envergonhado deles. Talvez por isso, a maioria das interpretações acha que a Igreja foi marginalizada pelos acontecimentos ou andou a reboque deles (Barrau).

Distinguiremos, numa análise muito preliminar, a presença da Igreja na fase revolucionária e os efeitos desta fase revolucionária sobre a própria Igreja.

A Igreja em Maio de 68

Maio de 68 esqueceu a Igreja Católica. «Sabeis que ainda existem cristãos?», provocava uma parede do átrio do rés-do-chão de Nanterre. Julien Besançon regista apenas seis slogans sobre a Igreja, na sua recolha. «Basta de igrejas», afirma uma parede do Boulevard Saint-Germain. Só dois desses slogans relevam do anti-clericalismo tradicional: «o sagrado, eis o inimigo», no átrio B de Nanterre, e «Deus é um escândalo. Um escândalo rendoso», no Liceu Condorcet. Um desprezo mesclado de indiferença, embutido no velho anti-clericalismo, é o sentimento dominante de Maio de 68 face à Igreja Católica; um slogan pinchado na Nova Faculdade de Medicina racionalizava-o: «o homem não é o bom selvagem de Rousseau, nem o perverso da igreja e de Rochefoucauld. É violento quando o

oprimem e doce quando é livre». Os seus autores e a maioria de Maio de 68 acreditavam com Jean-Jacques Rousseau que o homem tinha nascido bom e a «sociedade» fizera-o mau. A Igreja, apesar de «aggiornata», opunha-se a esta identificação do ser com o prazer – e por isso muitos a viam nela a fonte da maldade humana. A Igreja, católica ou não, era um passado: os sentidos e alguma inteligência prática chegariam.

À primeira vista, há poucos católicos nos «acontecimentos» e nenhum deles com protagonismo, com a moderada excepção, a seguir referida, de Nicolas Boulte, que vinha da crise de 1965 da *Jeunesse Etudiante Chrétienne*, organização que incluía os alunos do secundário e os da Universidade (Jec). Porém, uma investigação mais aprofundada revelaria uma presença dos católicos em Maio de 68 mais forte do que o publicado. Há com efeito alguns sinais da presença de católicos nos «acontecimentos». Já referimos intervenções do arcebispo de Paris. De algum modo «au-dessus de la mêlée» – isto é, acima da contenda. Os católicos, porém, estão dentro dos «acontecimentos». Cohn-Bendit diz que eles estavam no Movimento 22 de Março. Na capa da primeira edição do primeiro volume de *Génération*, da autoria de Hamon e Rotman, vemos, escondido entre as colunas onde ponti-ficam Lenine e Mao, o seguinte slogan: «Le Christ Seul Révolutionnaire» – «Só Cristo é revolucionário». Maurice Clavel, um velho escritor católico, que estivera em muitas aventuras intelectuais, via nos «acontecimentos» o sopro de Deus. Uma minoria de católicos visíveis acompanhava-o. A seguir referiremos outro factor que explica este reduzido protagonismo. Logo em Junho de 1968, quando começa a primeira vaga repressiva por conta do Estado, o *Témoignage Chrétien*, um semanário de esquerda católica, associa-se a um movimento contra a repressão.

A presença dos católicos é mais visível no período logo posterior aos «acontecimentos», quando o movimento começa a recuar. Vejamos alguns exemplos, todos recolhidos no livro de Hamon e Rotman. O modesto pároco de Sainte-Thérèse de Elisabeville, onde fica a Renault Flins, simpatiza com os esquerdistas e aceita que a *GP* se concentre na sua igreja a 17 de Junho de 1969 para comemorar o assassinato de Gilles Tautin, na Renault Flins, ocorrido um ano antes (aparece também a data de 7 e de 10 para essa morte).

Quando a repressão aumenta, os católicos, e outros cristãos, entram em campo. Jean-Marie Domenach, o director do *Esprit*, a revista fundada por E. Mounier que tinha relações especiais com *O Tempo e o Modo*, está entre os que criticam o gaullismo por prender o director de *La Cause du Peuple* e lembrar que, em França, desde o nazismo que ninguém era preso por delito de opinião.

Em Maio de 1970, entre as testemunhas de Le Dantec, o director de *La Cause du Peuple*, avultam dois eclesiásticos: Michel Blaize, padre franciscano, redactor de *Frères du Monde*, e o padre Jean Cardonnel OP; na direcção do Socorro Vermelho destacam-se também um protestante, o pastor Georges Casalis, e

vários católicos: além de Cardonnel, Georges Montaron, director do *Témoignage Chrétien*, e o P.^c Robert Davezies, que fora membro do «réseau Jeanson», a primeira rede clandestina de apoio ao *Front de Libération Nationale*, o célebre *FLN* argelino, e, na lógica anti-colonial, escrevera no começo dos anos 1960 sobre a guerrilha em Angola.

A 19 de Setembro de 1970, no comício na Mutualité, que reivindica o regime político para os presos esquerdistas, e a supressão da *Cour de Sûreté de l'État*, participam, atrás de Sartre, três católicos conhecidos: Bernard Lambert, um dirigente agrário, que teve um papel importante no esquerdismo rural, além dos já referidos Montaron e Cardonnel.

Em 1972, o citado Nicolas Boulte, «établi» em Flins, é um dos poucos membros não-*GP* da comissão de luta da Renault-Flins, que, depois dos despedimentos José Duarte e Sadock Ben Mabouk, desembocará no assassinato de Pierre Overney; os despedidos, próximos da *GP*, tinham começado uma greve da fome e queriam fazê-la à entrada da fábrica, para terem visibilidade, mas são impedidos disso e o único local onde têm acolhimento é uma sala anexa da paróquia local, a Imaculada Conceição de Boulogne, cuja equipa sacerdotal apoia os esquerdistas; a CGT local ataca estes sacerdotes: «protestamos contra o facto de num lugar sagrado onde defendeis a liberdade alheia, permitirdes a agitadores professarem a violência, o que é contrário às próprias leis da vossa Igreja». Encontramos o veio católico noutras lutas: a luta na fábrica de relógios Lip é impulsionada por militantes católicos, numa região católica, e apoiada pela CFDT, a central sindical de origem católica que não hostilizou Maio de 68; um prelado defendê-la-á; Benny Lévy foi muito marcado pelos métodos da Lip e em particular por um dos seus dirigentes, Jean Raguenès, dominicano de origem, e no qual o chefe da *GP* teria desvendado «intuitivamente, obscuramente, alguma relação entre o enraizamento metafísico e as formas de reivindicação que preconiza»; os bispos de Rodez e Montpellier apoiam a luta do Larzac. Alguns consideram que a Jec «forneceu tropas de elite aos maoístas» e julgam descobrir práticas católicas semelhantes às da revolução cultural: «imersão nos pobres, renúncia à carreira, exame de consciência e correcção fraternal». É curioso e talvez seja significativo: a sala onde a *GP* decidiu a sua dissolução foi obtida por redes católicas e ostentava um crucifixo na parede (Hamon e Rotman, II, pp. 300, 514).

É interessante registar que a geração católica e cristã de 68 era mais sensível à política maoísta do que ao PCF, ao passo que os «padres operários» do pós-guerra tinham vivido fascinados pela CGT e pelo PCF: para eles a central sindical comunista representava a classe operária que queriam conquistar para Cristo. Esta mudança deve ser devida, em boa parte, à relevância da questão colonial: o esquerdismo era anti-imperialista, o que o PCF deixara de ser em 1939.

Maio de 68 na Igreja

Tendo relanceado a presença dos católicos na revolução, vejamos a presença da revolução nos católicos. Antes de Maio de 68, Roma passara pelo Concílio do Vaticano. «Na Europa, a primeira grande instituição tocada pela perda da sua autoridade interna foi a Igreja Católica Romana» – e perdeu-a na sequência do Concílio, escreve Alain Besançon, um soviétólogo e membro do PCF até 1956, data da invasão da Hungria pela proletária URSS. A Igreja Católica romana teria sido anglicanizada («Aux Origines Religieuses...»).

A. Besançon, que a partir do caso do dominicano Yves Congar reconhece a legitimidade da reacção a práticas eclesíásticas persecutórias dos anos 1950, exagera, pelo menos no relativo ao dogma, pois, para ele, o Concílio teria feito um «desvio sério» à doutrina tradicional: a Igreja considerava a sua verdade acima da liberdade de consciência e, depois do Vaticano II, tomou a posição oposta. Mas o historiador põe o dedo numa ferida. Não deixa com efeito de ser sintomático que a historiografia e a sociologia dominantes da Igreja Católica ignorem Maio de 68 (entre os que ignoram: Lebrun, *Histoire des Catholiques Français du XV^e Siècle a nos Jours*, 1980; Vidler, *The Church in an Age of Revolution*, 1971; Goff, Rémond, *Histoire de la France Religieuse*, vol. 4, 1992; Rémond, em *Une Mémoire Française*, evoca a sua participação em Maio de 68 mas apenas como actor, não comentando a relação dos acontecimentos com a Igreja). Diferentemente, o Papa Bento XVI abordou a questão de frente; falando ao clero e aos seminaristas dos Dolomitas, em Julho de 2007, afirmou que duas roturas de civilização, Maio de 68 e a queda do comunismo russo, vieram desequilibrar a Igreja «dolorosamente» e, longe de aproximarem os homens da fé cristã, afastaram-nos dela; a referência é, porém mais episódica do que estruturada, pelo menos tal como nos chegou. Alain Woodrow afirmara que o Papa Bento XVI, que já considerara demasiado optimista a constituição conciliar *Gaudium et Spes*, confirmou o seu receio em Maio de 68 – e foi «duramente contestado pelos seus alunos».

Eclesíásticos franceses tiveram que participar nos «acontecimentos», por virtude das suas funções. Foi o caso, entre outros, do Cardeal Aaron Jean-Marie Lustiger (1926-2007), que vimos a começar a sua vida eclesíástica como capelão dos estudantes da Sorbonne. Um seu obituário oficioso afirma: «em 1968, quando da vaga de contestação atinge a universidade, o padre trata de manter o seu lugar e preservar os estudantes católicos das derivas políticas». Michel Cool, antigo director de *Témoignage Chrétien*, afirmou que Lustiger foi «abalado» por Maio de 68 – mas o semanário foi sempre crítico em relação ao arcebispo. Um outro obituário considera que foi «apanhado de surpresa» pelos «acontecimentos» que qualificou de «selva» (*La Voix du Nord*). A preocupação não era só do capelão Lustiger: era de toda a Igreja francesa. Porque muitos católicos queriam ir – e muitos iam – para as barricadas ou para os movimentos de estudantes.

Em *Na Hora do Diálogo*, o Cardeal Cerejeira recorda a preocupação dos bispos franceses: «Em Paris sei que ela [autoridade eclesiástica] interveio, mas para proibir à Juventude Católica universitária tomar parte como tal na contenda» (Parte II). Este testemunho, digamo-lo de passagem, confirma o interesse com que eram seguidos na Igreja em Portugal os acontecimentos de Maio. Mas a preocupação dos bispos franceses só tinha sentido porque muitos jovens católicos eram seduzidos pelos acontecimentos. Para mais, iam mal as relações entre o episcopado e a JEC francesa: três anos antes, em 1965, tinha-a condenado por politizar a militância católica e a Universidade. Significa isso que a tendência da antiga JEC francesa era entrar nos acontecimentos – que eram política. Como os militantes que permaneciam nas organizações da Igreja não queriam deitar sal na ferida das suas relações com a hierarquia, terão apagado a sua identidade católica – o que contribui para explicar que tenham aparecido em número inferior à realidade; acabámos de ouvir Lustiger a pregar-lhes.

Outros católicos, por deliberação ou pela dinâmica social, tomarão, porém, atitudes contra os bispos, entre o Concílio e Maio de 68. Refiramos algumas acções anti-hierárquicas precipitadas por Maio de 68. Há numerosos casos. O mais significativo é por certo o do movimento *Échanges et Dialogue*. No Verão de 1968, o P.^e Robert Davezies, que acima vimos a apoiar o Socorro Vermelho, envia uma carta-circular às paróquias francesas para promover uma assembleia de padres sem a prévia, e canónica, autorização dos bispos; deste impulso nascerá *Échanges et Dialogue*, que fará reuniões com cerca de 800 sacerdotes franceses – párocos, coadjutores, assistentes religiosos, que devoravam os seus boletins. Os bispos, convidados, nunca aceitaram o evento. É um movimento clerical contra o domínio clerical – movimento que ainda não teve a sua «história imediata» e que influenciou padres lisboetas, além de outros europeus.

Vejamos outras situações. Os franciscanos publicam os *Frères du Monde*, uma brilhante revista teórica consagrada em especial à luta anti-colonial e anti-imperialista. O dominicano Paul Blanquart assina no semanário *Politique-Hebdo* um artigo teórico propondo entrosamento entre o cristianismo e o marxismo; o também dominicano Philippe Roqueplo oficia no mesmo jornal. Dom Bernard Besret, jovem prior da abadia cisterciense de Boquen, na Bretanha, inova na liturgia e na eclesiologia, alterando as relações do monge com a Igreja, e acaba condenado pela hierarquia.

A encíclica papal *Humanae Vitae*, publicada em Julho de 1968, pouco depois do fim dos «acontecimentos», condenou o uso de meios artificiais de direcção da fecundação. A *Humanae Vitae* «foi o explodir de uma bomba», escreveu na *Lumen* o capuchinho Alcindo Gonçalves Costa. A condenação acentuou as convulsões na Igreja Católica; o episcopado francês apoiou a encíclica de alma e coração. Mas ficou então sinalizado o desrespeito generalizado dos católicos pelas indicações do Papa em matéria de costumes: o Papa mandou proibir a pílula, a

maioria – um grande número, pelo menos – não o seguiu. Depois de Trento, não houvera caso semelhante de indisciplina, no sentido forte da palavra.

Já na ressaca de Maio de 68, em Lisboa, *O Tempo e o Modo*, uma revista dialogante de iniciativa católica, produziu um número especial intitulado: «Deus o que é?»; para a maioria dos colaboradores, estaria entre os perdidos e achados. Muitos católicos franceses abandonam então a Igreja e por certo a fé. Em Portugal aconteceu algo de semelhante. É um fenómeno que não foi estudado como merecia, pela importância que teve em termos de comportamento das elites.

Até agora, referimos apenas acções da elite católica. Mas a mudança de comportamentos, na sequência de Maio de 68 toca a massa. Assim, atinge níveis muito profundos a quebra da prática religiosa – missa dominical, baptismo, casamento religioso. Vejamos só o cumprimento do preceito do Domingo; em França, era respeitado por 27% da população em 1952 e por 4,5% em 2006. Esta dinâmica acompanha a crise do clero. Entre o fim dos anos 1960 e o começo dos anos 1980, cerca de 1.500 padres abandonam a Igreja em França. Os sacerdotes franceses eram em 1968 uns 45.000. Os que saíam era por isso uma proporção significativa do número total de padres; eram uma percentagem ainda maior dos padres recém ordenados. Com efeito, mais de um quarto dos sacerdotes ordenados em França entre 1965 e 1969 abandona o sacramento da ordem até ao começo dos anos 1980; é uma saída rápida e de grandes proporções. Ao mesmo tempo, caíam as entradas nos seminários e muitos dos novos seminaristas saem antes de se ordenarem. Houve em França 1.760 ordenações sacerdotais em 1948 e 128 em 1996. Em 2001, havia em França uns 25.000 sacerdotes, dois terços dos quais estavam acima do limite de idade. A enorme maioria dos sacerdotes dos *Échanges et Dialogue* casou e abandonou a Igreja; outros abandonaram a Igreja e casaram; uma minoria nem casou nem abandonou a Igreja. A grande imprensa interessa-se sobretudo pelas missas ditas por padres casados – mas nem todos os que disseram essas missas trocaram o sacramento da ordem pelo casamento – e quase nenhuns persistiram em exercer o sacerdócio depois de casados, o que seria feito aliás contra a vontade da Igreja. Não teve fim a crise do clero francês, e europeu, mais visível no secular, ou diocesano, do que no «religioso»: as ordenações sacerdotais não compensam os falecimentos. O demógrafo Hervé Le Bras afirmou já em 1983 que o clero francês vai desaparecer, o que no entanto ainda não ocorreu (Sèvegrand, *Vers une Église Sans Prêtres*; Laurentin, *Mémoires*, p. 483 ss; «Les catholiques en France»; http://www.clerus.org/clerus/menu06_fra.html).

*

Que pensar dos efeitos de Maio de 68 sobre a Igreja Católica – a partir do caso da França e pensando nele? Dois factores gerais dificultam o julgamento, como aliás para as outras duas instituições triangulares: como já foi observado, Maio de 68 é descrito e analisado pelos seus autores; e é difícil singularizar os

seus efeitos, pois a data refere um conjunto de acontecimentos que se inserem num fluxo histórico. Estes dois factores são tão universais que talvez não nos devam preocupar em excesso, desde que façamos a crítica das fontes: é inevitável que os acontecimentos sejam descritos pelos seus autores – ou pelas suas vítimas – e qual é o acontecimento histórico que não se insere no *continuum* temporal? (Zancarini-Fournel, «Les interprétations de mai 68»).

Sobrevoemos então de uns dez quilómetros de altitude os efeitos eclesiásticos de Maio. Quando estudamos Maio de 68, emerge um iceberg: uma crítica católica de Maio. Essa crítica é em geral retrógrada e, a que conhecemos, carece de nível intelectual pois não explica o que teria levado a Igreja a uma acção tão irracional e suicidária. Por isso, tende a reconverter-se em teorias conspiratórias, já que os seus autores não podem reclamar-se de especial iluminação sobrenatural. Lembra os comentários agrestes que alguns ilustres professores universitários, como Raymond Aron ou Jürgen Habermas, proferiram sobre os acontecimentos enquanto eles se desenrolavam. Por uma questão de higiene intelectual, resumimo-la por atacado e não a citamos.

Essa crítica católica é mais generalizada do que parece. Deduzimos essa generalização não só das ocorrências na WWW mas também de um recente editorial da *Mission et Église*, a revista das comissões belga e francesa das Obras Pontificais Missionárias: «de 'Maio de 68' brotam tanto os piores excessos como os egoísmos sacralizados, as pesquisas sobre as novas maneiras de viver, as novas comunidades carismáticas, etc., com a ilusão primeira que tudo pode dispensar uma dimensão institucional». É clara a preocupação de evitar a condenação de Maio enquanto tal – e é também clara a necessidade de condenar certos aspectos de Maio, mas apenas por razões táticas, para responder a uma crítica subterrânea e não nomeada (editorial de *Mission de l'Eglise*, n.º de Janeiro-Março de 2006).

Essas críticas são surpreendentes. Porquê isolar Maio de 68 como causa de eventos religiosos? Mais facilmente os «acontecimentos» seriam a consequência do que a causa de um dado fenómeno religioso. Por isso, as críticas católicas a Maio de 68 parecem o *Ersatz* de críticas ao Concílio do Vaticano II: o crítico católico de Maio de 68 queria verberar o Concílio e não o faz por lhe faltar o espaço eclesiástico ou a coragem. Há com efeito uma óbvia homologia estrutural entre os termos da comparação: Maio de 68, tal como o Concílio, são acontecimentos singulares, bem situados na fita do tempo e indo em direcções convergentes; é fácil pôr um no lugar do outro.

Começemos a análise daqueles efeitos por uma evidência humana: a Igreja queria ser ecuménica e nem fez a união das Igrejas cristãs nem se expandiu na Europa ou na América do Norte; encolheu, tem muito menos crentes e menos presenças. Afastou-se a massa dos crentes e a opinião tem a impressão, talvez falsa, que boa parte dos autores do Concílio saiu – invocando sempre e só um argumento: o autoritarismo dos bispos.

O exame sociológico deve começar por aqui. Vista a questão de fora, o Vaticano II foi feito pelos que abandonaram a Igreja a seguir a Maio de 68: os Hans Küng, os Schillebeeckx, os Frei Beto, os P.^o Felicidade.

Pintando o quadro a traço grosso, diremos que a Igreja pós-Maio 68 foi feita pelos renovadores e nela ficaram sobretudo os não-renovadores. Os autores icónicos do Concílio abandonaram a Igreja. A realidade não será esta. É a imagem grande dada pela comunicação social. Mas esta é uma aparência tão forte que se torna verdade. É o que dão a ler as notícias sobre a Santa Sé, notícias sempre e sub-repticiamente críticas: «tiraste alguma coisa, estás aí a golpe», subentendem essas notícias. Anotemos que os renovadores moderados permaneceram mas eram tidos quase sempre por cúmplices dos retrógrados, pois recusavam o programa conciliar máximo – e por isso não contavam como verdadeiros reformadores.

Não iludamos a questão central: porque abandonaram a Igreja os autores do Concílio? Por maldade – mas então eram maus os clérigos que fizeram um concílio ecuménico e pareciam tão bons? Por uma questão de sexo, como boa parte da opinião continua a acreditar? Mas então teria havido um gigantesco equívoco e surgiria mesmo o horizonte da mentira monstruosa: todas as palavras bonitas do Concílio do Vaticano II destinavam-se apenas a legitimar uma maior liberdade sexual do clero e o seu objectivo proclamado era uma ilusão ou uma mentira. Por causa do autoritarismo dos bispos, que aliás continua a ser invocado a propósito e a despropósito por numerosas elites católicas, com péssimos resultados para a convivialidade eclesial?

Há, pois, um lado humano que ficou por resolver: em termos de ciências sociais sabemos pouco deste percurso de descristianização da crença da elite católica – por oposição à descristianização «explicada» pela invocação ritual da secularização cujos efeitos são anulados pelo Atlântico Norte – pois não se fazem sentir tanto nos Estados Unidos.

Há uns anos, Jean-Claude Guillebaud começou em França uma narrativa do processo de «descrença» europeia: ela resultaria dos massacres da Primeira Guerra Mundial, dos crimes da colonização europeia, dos bombardeamentos das populações civis europeias e japonesas na Segunda Guerra Mundial, isto é, da destruição prática dos valores europeus ligados ao cristianismo (*La Force de Conviction*). Esta análise é paralela à que Hannah Arendt faz do totalitarismo: as causas deste são as causas da descrença. Este discurso é mais estimulante do que tanta cretinice acrítica sobre as bondades universais do «modelo social europeu», do qual o mundo inteiro se ri; mas não explica. Vejamos: os norte-americanos cometeram todos estes crimes, exceptuado o genocídio dos judeus europeus, e não têm a mesma mentalidade; daqui decorre que a explicação não explica ou que reconduzimos tudo ao «Holocausto» o que, sem talvez ser falso, é por demais sumário. Os europeus bem tentam fazer valer que nunca lançam bombas nucleares para matar pessoas, ao contrário dos *yankees*, mas semelhante ausência, que

eles invocam como bondade, é-lhes levada à conta de impotência. É diferente a questão de montante: o discurso não explica também por que modo a civilização cristã produziu a barbárie do século XX. E, sendo um discurso culturalista, não gera uma convincente análise dos processos pessoais e sociais de descrença. Precisamos de uma sociologia dos símbolos que não seja a tradicional sociografia religiosa, beneficiária do pomposo título de «sociologia religiosa».

Será sem dúvida necessário começar por explicar aquela incongruência existencial, real ou aparente: os autores abandonaram porquê? A óptica do «balanço do Concílio» é por vezes proposta; mas esquece que a Igreja, considerada do ponto de vista social, é apenas uma das instituições triangulares e erra ao atribuir-lhe toda a autoria social.

Se esta óptica é errada, devemos ter em conta o Concílio e os seus efeitos para julgarmos das expectativas que ele criou; para dizer depressa, essas expectativas eram muito altas e foram goradas: não houve a união das Igrejas; não houve nova cristianização nem sequer acabou a cristandade – quer na Igreja quer no Estado; não acabou a Cúria romana; o poder do Papa aumentou; os padres perderam influência na Igreja, em particular os párocos, entre a tenaz cujos braços são os bispos, esses sim reforçados, e os leigos, também reforçados (Laurentin, *Mémoires*, p. 520). Há assim uma desilusão católica. Já em 1985, o sociólogo Pierre Mayol verificava «uma decepção face às promessas dos anos 60 ou 70», isto é, do Concílio, palavra que o sociólogo não escrevia («Les Déçus du Christianisme», p. 61). Por certo que a desilusão existiu e num certo sentido existe. Seria bom caracterizarmo-la e medi-la. Ou melhor: existem as desilusões; mencionámos uma desilusão e terá havido várias: terá havido uma desilusão integrista, que esperava um Concílio para ela ainda pior; e uma desilusão moderada que provavelmente esperava mais ecumenismo e mais religião popular, uma missa com música *yé-yé* mas cantada pela juventude da paróquia e não tocada num disco com roufenha amplificação sonora electro-mecânica. Identificar com rigor as desilusões conciliares ajudaria por certo a compreendermos o processo de «descrença» de tantos promotores do Concílio.

O leitor terá reparado que neste último parágrafo tomamos os reformadores conciliares descrentes como a variável dependente, como as vítimas, do processo de descrença, ao passo que acima os considerámos a variável independente, como o algoz, desse mesmo processo. Estas duas posições são contraditórias – mas só o são se pensarmos numa mesma pessoa e num mesmo momento.

Há um outro enigma que importa transformar em problema. Se pensarmos na Igreja atravessada pela ameaça de cisma modernista e pela ameaça de cisma integrista, temos um panorama surpreendente: o cisma conservador gerou uma Igreja alternativa – a de Mons. Marcel Lefebvre, com sede em Écône – mas não gerou a saída maciça de praticantes; o cisma modernista originou a saída dos dirigentes mas não produziu uma Igreja alternativa. Ou seja: a simetria modernismo/

integrista não se concretiza na realidade. Este busílis devia ser analisado com base em inquéritos sociográficos.

Esta simetria não é perfeita: certos integristas mantiveram-se na Igreja e, mais tarde, uma parte deles voltou, ou tentou voltar; parece faltar esta simetria do regresso da parte dos que saíram a seguir a Maio de 68; o caso do P.^e Felicidade, acolhido pelo Cardeal Patriarca, D. José Policarpo, é um dos raros casos públicos de reconciliação pela banda dos autores materiais do Concílio. Os renovadores, por seu lado, tentaram fazer uma nova Igreja, à sua maneira: fizeram com as Comunidades Eclesiais de Base, ou experiências semelhantes, o equivalente de uma igreja cismática, apenas menos institucionalizada do que a regressiva.

Só depois averiguaremos se a Igreja, com a estrutura plasmada no Concílio, não estava feita para ser um fenómeno social ultra-minoritário e em vias de desclericalização, com uma filiação quantitativa e qualitativa bem diferente da pressuposta no momento da reforma – como ocorre no começo do século XXI na maior parte dos países europeus. Dito de outro ângulo: a Igreja na Europa continua a ter uma estrutura da cristandade quando está em perda de velocidade no terreno das crenças e em vias de marginalização como instituição triangular; e não adopta uma estrutura missionária. Maio de 68 mostrou que tinham sido abalados os fundamentos da crença na autoridade católica; alguns tinham mesmo sido abatidos. O Vaticano II foi um concílio eclesiológico, como tantas vezes foi dito, mas não foi um concílio social nem dogmático.

Não pretendemos resolver aqui a questão eclesiológica do efeito da queda da prática dominical e do clero. Muito foi dito sobre elas. Laurentin assinalou que «a tecnocracia eclesiástica não perde a cabeça» com isso: quando houver menos padres, os fiéis irão de carro à missa à sede do concelho (*Mémoires*, p. 481). Já em 1985, Mayol afirmara o desinteresse das autoridades religiosas francesas por esses problemas: «o discurso oficial fecha-se por completo sobre si próprio» («Les décus...», p. 57). Vale a pena, porém, regressar aos indicadores de prática dominical e dos efectivos do clero secular, pois eles dão-nos indicações sobre a relação entre a instituição Igreja e a *ordem* religiosa: os crentes brotam dos cidadãos; dos crentes brota o clero; o tipo de relação entre este e aqueles define a Igreja, ainda que não resulte de uma dada quantidade ou proporção quantitativa. Vimos que o P.^e Laurentin se queixava da indiferença da hierarquia à escassez do clero e, ainda, ao excesso de esforço individual do sacerdote actual, provocado por essa escassez. Os dados publicados pela Congregação do Clero, que agora disponibiliza as suas melhores estatísticas de sempre, sugerem isso mesmo: em 2001, havia 1.915 católicos por um padre secular; em 1953, havia 727. A sobrecarga de esforço sacerdotal parece grande, pois aumenta o número de crentes aos quais cada sacerdote deve prestar assistência. Porém, esse esforço só aumentará se cada crente praticar a mesma quantidade de actos religiosos que requeiram apoio do clero. Embora não tenhamos dados rigorosos, é improvável que se tenha

mantido o número daqueles actos religiosos: a confissão (sacramento da reconciliação), exigente para o clero, diminuiu muito; a comunhão aumentou, mas passou a ser também ministrada por leigos e é pouco fatigante; a extrema-unção (unção dos enfermos) caiu a pique; o baptismo e o casamento tornaram-se mais trabalhosos, mas a sua frequência diminuiu; a catequese dos adultos aumentou, embora se mantenha em valores reduzidos, mas diminuiu a dos jovens e nem toda é da responsabilidade do clero; a assistência aos organismos da Acção Católica quase desapareceu. Não é por isso razoável supor que aumentou o número de actos religiosos por sacerdote.

Mais decisivo é o facto de, para a Congregação do Clero, o católico é o baptizado, sem nenhum outro requisito de prática religiosa. Ora em 2005 iam à missa de domingo em França cerca de cinco vezes menos pessoas do que em 1953, ao passo que o clero era duas vezes menos numeroso. Aliás, as estatísticas sugerem que se mantém estável a relação entre o número de praticantes e o de padres seculares em França. Considerando que em 1953 iam à missa ao domingo 11,5 milhões de pessoas e em 2005 iam 2,4 milhões, havia um sacerdote para 233 praticantes em 1953 e um para 98 em 2005; consideramos praticante quem vai à missa ao domingo, um critério censurável mas comum. Teria assim ocorrido o contrário do anunciado: haveria menos crentes por sacerdote e tinham-nos anunciado mais. Este último valor, porém, não tem em conta o envelhecimento do clero; se retivermos os dados acima referidos para esse envelhecimento – dois terços acima do limite de idade –, temos 298 crentes por sacerdote secular no começo do século XXI; contra 274 em 1953. Haveria então em 2005 mais 13% de praticantes por sacerdote secular do que há cerca de meio século. Mas não contabilizámos os padres com mais de 70 anos que continuam a fazer a sua vida sacerdotal. Se pudéssemos contabilizá-los, o «ratio» crentes/sacerdote manter-se-ia. Vendo os números dos praticantes – os que vão à missa dominical –, os tais «tecnocratas» tinham razão: a oferta equilibra a procura. Mas, e este mas é considerável, equilibra em quantidades muito inferiores e sempre decrescentes. Isto é: a Igreja em França está em processo de miniaturização desequilibrada; tem menos efectivos mas conserva a mesma estrutura, as mesmas paróquias, as mesmas dioceses.

Assim, do ponto de vista da análise institucional, parece que a Igreja em França não restabeleceu a sua relação com a *ordem* simbólica na sociedade pós-industrial e não é tão pouco certo que racionalize a natureza das mutações em curso, tanto mais que fora da Europa a Igreja cresce. A presente sugestão requer, como é óbvio, mais aprofundamento. Nada disto, a ser isto exacto, mostra que o Concílio do Vaticano II errou ou era desnecessário: mostra apenas que os valores exponenciados em Maio de 68 não foram (ainda) incorporados pela Igreja nem assimilados a uma adequada espiritualidade – embora haja disparatados contributos nesse sentido. Não é esta a sede para aprofundar a busca deles. Mas

é fácil nomear a liberdade pessoal e a solidariedade não orgânica. Os Concílios Ecuménicos não esgotam os seus efeitos no imediato.

Anotemos, na dimensão das relações entre a Igreja e o Estado, que os bispos franceses, na sequência de Maio de 68, decidiram deixar de ter uma «política católica», isto é, de influenciarem o partido que dirige o Estado; e por isso puseram termo à Acção Católica, o organismo que fazia o interface com o Estado, e passaram eles próprios a relacionar-se com o Governo, tanto na rua como nos gabinetes. Importa saber se esta recusa não significa uma adjacente e involuntária rejeição da acção da Igreja sobre a organização política, no seu conjunto, isto é, sobre o conjunto dos cidadãos organizados em França.

*

Falámos da instituição simbólica no Atlântico Norte. A Maçonaria, outra instituição simbólica, também conhece uma crise de efectivos, em certo sentido reveladora de um mal-estar mais profundo; pelo menos a norte-americana; a francesa tem referido um aumento rápido («American Freemasons end their stonewalling and put faith in PR», por Philip Sherwell, em *Sunday Telegraph*, 5 de Dezembro de 2004; «Ce que cachent les francs-maçons», por François Koch, em *L'Express* de 15 de Agosto de 2005).

Forças Armadas

A avaliar pelas citações recolhidas por Julien Besançon, Maio de 68 também não prestou muito mais atenção às Forças Armadas do que à Igreja pois apenas se lhes referiu em duas ocasiões: «Camaradas, a revolução legítima declara amnistiar todas as forças armadas do país e pede-lhes que se coloquem ao serviço do povo» (átrio Richelieu, Sorbonne); «O soldado do serviço militar obrigatório não será fura-greves» (Beaux-Arts). As citações revelam indiferença, desprezo, receio e são lugares comuns da história revolucionária. O exército que estava em causa era o da guerra colonial no Vietname e sobretudo na Argélia.

A instituição castrense escapou à tormenta, embora no começo dos «acontecimentos houvesse dúvidas» sobre se a moral da polícia resistiria. Vale a pena assinalar que tanto o general De Gaulle como o seu chefe de Governo, Georges Pompidou, cada um por seu lado, estudaram a hipótese de empregarem o exército contra a revolução «imaginária». Esta atitude do chefe de Governo é menos conhecida e por isso a referimos de seguida; na sua carta a Aron, acima citada, o Primeiro Ministro escreve: «mesmo o Exército não teria bastado para impedir a invasão da Sorbonne – e quem teria ordenado a soldados que disparassem sobre semelhante multidão?». O chefe do Governo não parece preocupado pela questão

de princípio – empregar ou não a instituição castrense numa crise interna – mas pela questão da oportunidade: a tropa não obedeceria; só por este motivo a não convoca, sugere. Com efeito, logo de seguida, a carta admite a hipótese de o PCF ter tomado o partido da «revolução violenta» – e nesse caso o governo tinha a possibilidade de usar a força, pois teria consigo «a opinião» e o exército «ser-lhe-ia fiel sem uma hesitação». Relevemos, porém, que Pompidou quer mostrar-se «duro», para não desmerecer de De Gaulle, partidário do recurso à força; De Gaulle que Aron, destinatário da carta, voltara a idolatrar. Seja como for, o chefe do Governo é incapaz de rejeitar pela raiz a ideia de recorrer à tropa num conflito político interno. Maio de 1968, para usarmos um conceito de Georges Lapassade, foi um interessante «analisador» do papel político da instituição castrense.

Depois de Maio de 68, a instituição castrense conheceu uma transformação profunda: o exército de cidadãos desaparece e é substituído pelo exército profissional. Em certos casos, o exército profissional é um exército mercenário. Na batalha e na guerra, o exército profissional é substituído também pela guerrilha e pelo movimento terrorista; no mar, regressam os piratas, aqui e ali.

Do ponto de vista da relação entre a instituição castrense e a *ordem da segurança*, há uma mudança importante: a afirmação da legítima defesa é cada vez mais forte e, na sequência dela, cresce a segurança privada organizada, mesmo em organizações políticas estáveis. O reforço da legítima defesa de algum modo compensa a autonomização da instituição castrense profissional face à *ordem* segurança. Com efeito, um exército de cidadãos está mais próximo da *ordem* do que um exército profissional. Anotemos que a guerrilha e o movimento terrorista, sendo menos estruturados, estão por necessidade mais próximos da *ordem* do que forças armadas profissionais.

Estado

Os efeitos de Maio de 68 sobre o Estado foram numerosos – no período longo. A primeira reacção estatal em França – mas também na Alemanha Federal e na Itália – foi aumentar a repressão. Esse caminho, porém, foi depois abandonado, logo nos anos 1980, talvez por ter-se tornado claro que o comunismo russo deixara de ser uma ameaça – e a repressão destinar-se, em grande medida, a evitar que os esquerdistas criassem uma situação revolucionária tão tentadora que o Exército Vermelho fosse incapaz de a recusar.

O Estado europeu adaptou-se num sentido oposto ao da repressão: no sentido de maior participação e de mais liberdade. A democracia representativa pura, vigente na Europa ocidental transpirenaica de 1945 até 1968, foi substituída por um sistema misto com um forte elemento referendário. Ora o elemento referendário de algum modo canaliza a pretensão participativa de Maio de 68 e desacredita ou ameaça os partidos políticos.

O Estado era unitário e passou a regional; era centralizado e descentralizou-se, mas ao mesmo tempo dotou-se de institutos públicos que nenhum governo ou assembleia dirige ou sequer fiscaliza.

A classe política desceu na consideração dos cidadãos. O grupo dirigente entrou em crise permanente e passou a ser perseguido pelo menor – ou pelo maior – escândalo financeiro ou, em Inglaterra, de costumes sexuais.

O descrédito da classe política alimenta o fortalecimento dos tribunais. No caso do ataque do *Vive la Révolution!* à câmara de Melon, ao julgar da prisão preventiva de uma acusada, o juiz Angevin mandou ao mesmo tempo inquirir se tinha havido corrupção naquele município – e a corrupção era exactamente o fundamento da ocupação daquela municipalidade pelos esquerdistas. Era por certo a primeira vez que um juiz de carreira mandava investigar um Estado europeu na base de uma denúncia de revolucionários. A 8 de Junho de 1968, tinha sido fundado o Sindicato da Magistratura, o qual aliás sempre rejeitou um laço genético com Maio de 68. O Sindicato afirmava não acreditar em bruxas genéticas – *pero que las hay, las hay* (Hamon, Rotman, *Génération*, II, p. 207; http://irice.cnrs.fr/IMG/pdf/Lettre_d_info_68_no28_12-01-98.pdf).

Maio de 1968 mudou o espectro partidário europeu. O comunismo estalinista foi reduzido a pouco; o caso é sobretudo nítido na Europa Latina. Os comunistas estalinistas em Itália tornaram-se democratas; em França, Espanha, Itália e Portugal passaram a ser uma pequena força dispensável; em França, desceram para o segundo lugar entre as forças de extrema-esquerda e em Portugal correm o risco de ter o mesmo fim. Desapareceram por uma razão congénita a Maio de 68: tinham uma organização hipercentralizada, condenada pela lógica do movimento.

Surgiu a extrema-esquerda como família política permanente, herdeira do «esquerdismo» ou sua metamorfose. Wieviorka tem razão ao afirmar que o esquerdismo só foi importante depois da derrota de Maio.

O «esquerdismo» alimentou-se do «fantasma da repressão e do fascismo» que lhe permitia racionalizar a fase defensiva ou de retirada (Jean-Pierre Le Goff); os seus «établis» contribuíram para enfraquecer o comunismo estalinista, em particular no campo sindical; por vezes, o esquerdismo alimentou, como vimos, uma lógica terrorista e militar; nunca desistiu de propor um outro modo de viver a vida e conservou uma energia que irrigou os movimentos ecológicos e feministas.

Neste terreno nascerá «a nova direita», não só como organização (1973-1985) mas sobretudo como reorganização das anteriores formações: a volta que Jacques Chirac dá ao «gaullismo» em França; a re-estruturação da direita italiana depois da implosão do «pentapartito»; a reformulação do Partido Popular Europeu, apagando as suas origens democratas-cristãs a benefício do liberalismo, dá a medida dessa evolução no sentido do mercado, da globalização, da liberdade individual e do individualismo – valores de Maio de 1968, contrastando com o organicismo nacionalista da direita conservadora e tradicional.

Um outro fenómeno é também imputável a Maio de 68: à direita desta nova direita surge uma extrema-direita legal, por oposição aos grupúsculos clandestinos prevalecentes até 1968. O fenómeno Le Pen em França e o neo-nazismo eleitoral na Alemanha, por enquanto com deputados apenas nos *Laender*, são as manifestações mais visíveis deste fenómeno, mas, se rasparmos a superfície polida de algumas correntes da Casa das Liberdades italiana, encontraremos lava semelhante à daqueles exemplares franco-germânicos, só que oculta. Certos fenómenos regionalistas – e não só nos Balcãs – dão origem a movimentos cujo racismo e nacionalismo seria impensável antes de Maio de 68 – mas o leitor dispensar-nos-á, nesta sede, de pôr o nome aos bichinhos. Como filiamos a extrema-direita na explosão revolucionária? Por um lado, na reacção: a extrema-direita reage a Maio de 68, une-se para o combater. Por outro no benefício do clima libertário e individualista que Maio criou. A extrema-direita beneficia ainda da lógica descentralizadora que Maio impôs (desvalorizando a influência de Maio de 68 na formação da actual direita francesa, Sirinelli, *Les Droites Françaises*).

Há outra mudança decisiva no sistema partidário, relativa à estratégia dos actores. O PCF toma o partido das instituições contra os autores dos «acontecimentos». Esta posição era avalizada pela União Soviética, a pátria do «socialismo real». Os acordos de Grenelle preparam o Programa Comum da Esquerda e a entrada do PCF no governo francês. O PCF e os restantes PC são reduzidos a pouquinho: já não prometem a revolução e, por isso, ao deixarem de ser ameaçadores, perdem o seu lado misterioso e aliciante; do mesmo passo, tornam-se desnecessários pois são incapazes de gerir a mudança e deixaram de polarizar o descontentamento. Era uma alteração de fundo em relação ao sistema saído da Segunda Guerra Mundial para o qual os PC eram por definição revolucionários e por isso excluídos do executivo. Nos anos 1980, até Washington aceitou que o PCF entrasse para o governo de Mitterrand. Resmungou mas aceitou. Se o PCF renunciou à revolução em Maio de 68, a NATO aceitou em Agosto de 68 a invasão da Checoslováquia pelos carros de combate soviéticos e de outros Estados do Pacto de Varsóvia – o que não era de modo a fazer crer aos estudantes que a Aliança Atlântica assentava no princípio da liberdade. Mas a NATO não tinha partidos do lado de lá da «Cortina de Ferro», como então ainda era dito, e por isso nenhum deles foi desacreditado.

Estivemos a ver mutações no elemento permanente da instituição Estado e na relação deste elemento permanente com a sua base: o eleitor. Há outras mutações, noutra sede: a relação da instituição Estado com a *ordem povo* e as restantes *ordens*. Evoquemo-las.

A autoridade do Estado para manter a escola é contestada, o que sugere que ela regressará à *ordem* simbólica, à qual pertence. Na escola, Maio impôs a co-educação e a pedagogia não repressiva. Com o andar dos anos, a escola francesa deixou de exercer plenamente o papel de unificar a população.

O Estado europeu deixou de monopolizar os meios de comunicação social audiovisuais, através das rádios e das televisões do Estado – em França, Itália, Espanha e Portugal. Era mais um enfraquecimento crucial da instituição Estado face à *ordem simbólica* à qual os meios de comunicação social pertencem, como pólo dominado.

O registo civil é cada vez menos procurado – sobretudo o casamento, mas também para o nascimento.

A feminilização da função pública e da instituição Estado pode porém reforçar o elemento permanente do Estado.

Temos por fim um terceiro tipo de mutações: as que ocorrem no seio da própria *ordem povo*; são profundas: generalização do aborto como método contraceptivo; diminuição acelerada da taxa de natalidade; diminuição ou anulação da dimensão deferencial; individualização das relações familiares; substituição da família-instituição pela família-contrato; feminilização da actividade económica.

A problemática do Terceiro Mundo na política europeia pareceu extinta pela boa razão que o Terceiro Mundo entrou pela Europa dentro, sob a forma de uma imigração que ninguém consegue estabilizar. O movimento social desapareceu porque, em certa medida, passou a ser obra de imigrantes.

O cidadão afasta-se do Estado, suspeita dele. A própria *ordem povo* mudou.

*

Como aliás mudaram também as *ordens* segurança e simbólica. Noutra paradigma, é o que afirma R. Rémond: «depois de 1968, não é possível exercer uma qualquer autoridade, seja ela qual for, como antes». Com efeito, a autoridade é a relação moral entre o indivíduo, membro da organização política, e as instituições triangulares (*Une Mémoire...*, p. 153). Não será isso mesmo que Michel Crozier, ainda noutra paradigma, designa por «desequilíbrio geral do mundo civilizado», a «morte» de «um certo racionalismo demasiado simples»? (*Société...*, p. 183).

A crise da relação entre a instituição triangular e a *ordem* respectiva manifesta-se também nos costumes. Por vezes, em pormenores na aparência insignificantes: em Nanterre, no começo do movimento, alguns professores tiraram a gravata para mostrarem de que lado da instituição estavam: tinham passado da autoridade, do elemento permanente e dotado de autoridade, para o elemento flutuante e submisso – ou revoltado – da instituição. Aron sublinha que estudantes e professores trataram-se então por tu, mudança de forma de tratamento que simbolizava os novos estatutos sociais (II, p. 671).

O cidadão afasta-se do Estado. E das Forças Armadas. E da Igreja.

Conclusões

Maio de 68 não foi o fim da história e os estudantes não eram a classe universal. Com efeito, os «acontecimentos» fizeram vítimas: além de alguns mortos por engano, é certo, mas mortos, houve os mandarins universitários humilhados, os padrões sequestrados, os pais preocupados. E não obtiveram aprovação universal. Tentaremos, porém, apurar em que medida ele continua entre nós – mais do que elogiar ou condenar.

Maio de 68 é o nome que cristaliza uma vitória das três *ordens* sobre as instituições triangulares: mudou a relação entre os elementos permanente e fluante de cada uma das instituições triangulares e mudou sobretudo a relação da *ordem* com a instituição correspondente.

A contestação era dirigida aos poderes de cada instituição triangular – mas era também dirigida a cada uma das instituições triangulares. Os estudantes da Revolução Cultural na China atacaram os quartéis-generais comunistas; os estudantes dos EUA atacaram os chefes do Estado e das Forças Armadas que conduziam uma guerra injusta e sem solução no Vietnam; os estudantes franceses atacaram os dirigentes do Estado. Todos atacavam também o próprio Estado como instituição. E a Igreja por não o pôr no caminho recto. Esta segunda contestação às instituições triangulares acabou por modificar as três *ordens*.

Os conteúdos da «contestação» variam embora relevem em toda a parte da lógica de destruição da racionalidade weberiana e do produtivismo. Os mais influenciados pelo nazismo, a Alemanha, a Itália, a França, desenvolvem a dimensão anti-autoritária.

Maio de 68 apela à democracia directa, à participação, à anarquia contra a representação, a direcção e a instituição. A recusa da racionalidade em relação ao fim está articulada com o facto de estes movimentos não apresentarem nenhum modelo exequível quanto à instituição Estado nem quanto à organização política.

Por isso, a sua herança está nas atitudes e não nas instituições. As classes dirigentes europeias foram desacreditadas – e na Europa nos centrámos. Os cidadãos viraram-se para a *ordem* reprodução e desprezam o Estado que se transformou numa gigantesca empresa de prestação de serviços; lamentam o Estado-instituição nacional e não conseguem fazer um Estado-instituição europeu. No pólo dos símbolos, a religião passa a ser *à la carte*, é o indivíduo que julga decidir dos seus deuses. Os cidadãos fogem do Estado, das Forças Armadas, da Igreja. A *ordem* reformula – tenta reformular – a instituição.

Um segundo aspecto a singularizar é a dimensão internacional de Maio de 68: não só as instituições triangulares são rejeitadas. É rejeitado também o quadro de acção nacional. Maio antecipa a globalização, por caminhos ínvios aos quais não é alheio nem o individualismo nem o internacionalismo.

Devemos por fim destacar um terceiro aspecto. Maio de 68 é um acontecimento da *ordem* simbólica – e por isso tivemos que destacar a Igreja, a instituição

simbólica. Maio de 68 foi o maior empreendimento anti-identitário da história europeia. O seu cerne foi o ataque à instituição simbólica – à Universidade, sendo a estratégia relativa à Igreja a do esquecimento. Os atacantes não propuseram uma nova identidade institucional. E a *ordem* simbólica foi incapaz de produzir uma nova resposta, o que vale dizer que não forneceu uma nova identidade. Ficámos por isso a perguntarmo-nos: quem somos? Depois de Auschwitz, depois da colonização – embora este paralelismo não seja perfeito.

*

Que ficou de Maio de 68 no campo da organização política?

Imaginemos que em 1869 perguntávamos se 1789 tinha triunfado. A França tinha voltado à concordata com a Igreja; o Exército tornara a ser dirigido por oficiais monárquicos – que substituíam os bonapartistas revolucionários – e recuperara a autonomia interna, reconhecida pelo Estado; a restauração da Monarquia não era de excluir e Henrique, neto de Carlos X, mais tarde conde de Chambord, pretendia regressar ao antigo Regime; o sufrágio era censitário e masculino. Ora passaram apenas 40 anos sobre Maio de 68. Reformulemos a pergunta: que era a França de 1789 quarenta anos mais tarde, em 1829? Carlos X preparava-se para restaurar o «ancien régime».

Quando regressámos da nossa peregrinação estival e revolucionária, Salazar fora substituído por Caetano na função de autocrata. A Grã-Fina ficou outra. Sabíamos que uma página tinha sido voltada.

Fontes

Apresentamos de seguida uma bibliografia mínima e alguns registos de fontes na WWW. Excluímos audiovisuais e obras de ficção pura.

As obras colectivas são registadas pelo nome do autor que, por ordem alfabética, devia ser classificado primeiro.

Não foram consultadas todas as obras a seguir registadas.

O texto nem sempre indica ou repete as remissões; o leitor interessado pode procurar as referências a partir do último nome do autor.

As referências de fontes são objecto de um breve comentário, quando justificado pela relevância do escrito, excepto se já tiver sido analisado no texto.

Documentos; fontes

Guias de fontes

Mémoires de 68: Guide des Sources d'une Histoire a faire, pref. de Michelle Perrot, Verdier, 1993 (guia de memórias consideradas como fontes).

Quem somos? Maio de '68: a revolta da ordem contra as instituições

ZANCARINI-FOURNEL, Michelle, «Les interprétations de mai 68: approche Historiographique», em Seminário «Les Années 68: Évènements, Cultures Politiques et Modes de vie», http://irice.cnrs.fr/IMG/pdf/Lettre_d_info_68_no10_06-11-95.pdf.

a) Precursores

BLANCHOT, Maurice, *Écrits Politiques. Guerre d'Algérie, Mai 68 etc. 1958-1993*, Éd. Léon Scheer (da guerra da Argélia a Maio de 1968; inclui os panfletos do Comité de Acção Estudantes-Escritores, de Maio de 1968).

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude, *Les Héritiers*, col. «Le Sens Commun», edições de Minuit, Paris, 1964, 192 p.

VIANSON-PONTÉ, Pierre, «Quand la France s'ennuie...», *Le Monde* datado de 15 de Março de 1968; reproduzido em *L'Histoire au Jour le Jour (1944-1985)*, La Découverte - Le Monde, 1987, 864 p.

VIÉNET, René; Outros, *Enragés et Situationnistes dans le Mouvement des Occupations*, Gallimard, 1998 (reedição de textos publicados em 1968 pelos principais situacionistas).

VANEIGEM, Raoul, *Traité de Savoir-Vivre a l'usage des Jeunes Générations*, col. Folio, Gallimard, 1993 (livro básico situacionista).

b) Documentos, recolhas de documentos e relatos de intervenientes

Atelier populaire présenté par lui-même, 87 affiches de mai et juin 1968, Paris.

BESANÇON, Julien, *Les Murs ont la Parole*, Éd. Tchou, Paris, Junho de 1968 (o autor recolheu frases escritas em paredes e, melhor, anotou a sua localização).

CLUB JEAN MOULIN, *Que Faire de la Révolution de Mai*, Paris, Seuil, coll. «Jean Moulin», 1968, 94 p. (os reformistas modernos da época comentam uma revolução tentada).

COHN-BENDIT, Dany; SAUVAGEOT, Jacques; GEISMAR, Alain, *La Révolte Étudiante. Les animateurs Parlent*, Seuil, 1968, 128 p. (depoimentos do estudante, do dirigente estudantil e do professor que tipificam os acontecimentos).

COHN-BENDIT, Dany, *Le gauchisme, remède à la maladie sénile du communisme*, Seuil, coll. Combats.

GEISMAR, Alain, *Minutes Du Procès D' Alain Geismar*, pref. de Jean-Paul Sartre, Paris, Editions Hallier, L'Idiot International 1970, 219 p.

GLUCKSMANN, André, *Stratégie et Révolution en France en 1968*, Bourgois, Paris, 1968.

HABERMAS, Jürgen, «Die Scheinrevolution und Ihre Kinder», *Frankfurter Rundschau*, de 5 de Junho de 1968, re-impreso em Abendroth, W., *Die Linke antwortet Jürgen Habermas*, Europäische Verlagsanstalt, 1969, pp. 5-15.

HABERMAS, Jürgen, Entradas de 3 de Junho; 23 de Julho, 3 de Dezembro de 1968 a 15 de Fevereiro de 1969 em <http://www.infopartisan.net/archive/1967/2667114.html>
<http://chantsdeluttes.free.fr/mai68/pages68/liste-affiches.html> (numerosos cartazes)
http://www.persee.fr/showIssue.do?issueKey=mat_0769-3206_1988_num_11_1 (n.º 11 de 1968 de *Matériaux pour l'Histoire de Notre Temps*; interpretações e documentos).

- KRAVETZ, Marc (avec Raymond BELLOUR & A. KARSENTY), *L'Insurrection Étudiante, 2-13 mai 1968* = 10/18 (compilação muito completa, com numerosas fotografuras de documentos originais).
- La Grève à Flins. Documents, Témoignages*, Maspéro, 1968.
- LEBEL, Jean-Jacques, *Procès du Festival d'Avignon*, Belfond (relato da contestação ao TNP de Jean Vilar).
- Le Cinéma au service de la Révolution et Le Cinéma s'insurge* (2 tomes), éd. Terrain Vague, Paris, 1968.
- LEFORT, Claude; MORIN, Edgar; COUDRAY, Jean-Marc (pseudónimo de Cornélius Castoriadis), *Mai 68: la Brèche, Première Réflexion sur les Événements* (Julho de 1968), Complex; *Maio 68: Inventário de uma Rebelião*, tradução de António José Massano, Lisboa/Rio de Janeiro: Moraes Editores: 222 p.
- SARTRE, Jean-Paul, *Les Communistes ont peur de la Révolution: Le "j'accuse" de Jean-Paul Sartre*, Paris, John Didier, coll. «Controverse», Paris, 1968, 64 p.
- VANEIGEM, Raoul, *Traité de Savoir-Vivre a l'usage des Jeunes Generations*, col. Folio, Gallimard, 1993.
- ROCHET, Waldeck, *Les Enseignements de Mai-Juin 1968*, Éditions Sociales, Agosto de 1968, Paris, 92 p.
- ROGER, Louis, *L'ORTF, Un Combat*, Seuil, Paris, 1968.
- ZEGEL, Sylvain, *Les Idées de Mai*, col. «Idées», Gallimard, Paris, 1968 (contém documentos de faculdades e associações estudantis ou outras que é difícil ou impossível encontrar noutras fontes).

Memórias, biografias, evocações, documentos

Portugal

- CEREJEIRA, D. Manuel Gonçalves, *Na Hora do Diálogo. Resposta a Muitas Questões*, União Gráfica, Lisboa, 1967.
- MELO, Jorge Silva, *Século Passado*, Livros Cotovia, 2007, 336 p. + fotos extra-texto.
- O Tempo e o Modo. Revista de Pensamento e Acção Antologia*, pref. de Guilherme de Oliveira Martins, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Nacional de Cultura, 2003, 1228 p. (antologia diversos textos do autor publicados na revista em epígrafe).

França

- ARON, Raymond, *Mémoires*, vol. II, Julliard (1983), Presses Pocket, Paris.
- BLANQUART, Paul, *En bâtardise Itinéraire d'un Chrétien Marxiste*, Paris, Karthala, 1981.
- COHN-BENDIT, Daniel, «Entretiens» sobre o Movimento 22 de Março com Geneviève Dreyfus-Armand, *Matériaux pour l'Histoire de Notre Temps*, 1968, n.º 11.
- COHN-BENDIT, Daniel, *Nous l'Avons tant Aimé, la Révolution*, col. «Points-Actuels», Paris, 1988, 255 p., com fotografias (entrevistas com membros da geração estudantil contestatária em vários países atlânticos).

Quem somos? Maio de '68: a revolta da ordem contra as instituições

- COOL, Michel, «Lustiger, une certaine idée de l'Église», em <http://www.pelerin.info/article/index.jsp?docId=2303971&rubId=9196>.
- CROZIER, Michel, *Mémoires 1. Ma Belle Époque*, vol. 2: *A Contre-Courant*, Fayard, Paris.
- FOUCAULT, Michel, Entrevista com Roger-Pol Droit (1975) <http://foucault.info/documents/foucault.entretien1975.fr.html>.
- GRIMAUD, Maurice, «Mai 68 vingt ans après l'État face à la crise», *Matériaux pour l'Histoire de Notre Temps*, 1968, n.º 11 (o chefe da polícia de Paris, também autor de um interessante livro de memórias, escreve uma inteligente análise dos acontecimentos).
- HAMON, Hervé; ROTMAN, Patrick, *Génération*, vol. 1: *Les Années de Rêve*; vol. 2: *Les Années de Poudre*, Points-Seuil, n.º 497 et 498, 1998 (reportagem sobre o Maio e o após-Maio de 68, centrada na dimensão pessoal e biográfica).
- JOURDHEIL, Jean, *L'Artiste, la Politique, la Production*, 1018, UGC, Paris, 976 (textos que começam em Outubro de 1968 sobre o teatro).
- La Voix du Nord*, «Disparition Le cardinal Lustiger, homme d'ouverture campé dans une foi rigoureuse», 7 de Agosto de 2007 (obituário).
- LINHART, Robert, *L'Établi*, Éditions de Minuit, Paris, 1978 (memórias fascinantes de um «norma-lien», um super-intelectual, que se tornou operário fabril para fundar o verdadeiro partido proletário e revolucionário).
- PAUVERT, Jean-Jacques, *La Traversée du Livre. Mémoires*, Viviane Hamy, 2004 (memórias de um editor inconformista, muito activo em Maio de 68).
- Pompidou, Georges, *Pour Rétablir une Vérité*, Paris, 1982.
- REMOND, René, *Une Mémoire Française*, entrevistas com Marc Leboucher, Desclée de Brouwer, Paris, 2002.
- SARKOZY, Nicolas, Declarações sobre Maio de 68, *Le Figaro*, 29 de Abril de 2007.
- SOLLERS, Philippe, Declarações sobre a «revolução cultural», em http://www.pileface.com/sollers/article.php?id_article=235.
- SOLLERS, Philippe, *Delivrance, face à face M. Clavel/Pb. Sollers*, Seuil/Points, Paris, 1977.
- WIEVIORKA, Michel, «Implico-me com paixão», em <http://www.passiondulivre.com/livre-22331-sociologue-sous-tension-entretien-avec-michel-wieviorka-volume-1.html>.
- WEILL, Nicolas, «Débat Rétrocontroverse: 1977, les "Nouveaux Philosophes"», *Le Monde*, 23 de Julho de 2007.

Interpretações

- ACCURSI, Daniel, *La Pensée Molle*, Gallimard, 2002 (estudo psicológico).
- ARON, Raymond, *La Révolution Introuvable: Réflexion sur la Révolution de Mai*, Paris, Fayard, col. «En toute liberté», 1968, 190 pp. (há trad. portuguesa de João Belchior Viegas: *A Revolução Inexistente: Reflexões sobre a Revolução de Maio*, Lisboa, Bertrand, 1968).
- BAVEREZ, Nicolas, *Aron face à Mai 68*, em http://www.catallaxia.org/index.php?title=Raymond_Aron:face_%C3%A0_mai_68.

- BLOCH-MICHEL, Jean, *Une Revolution du XX^e. Les Journées de Mai 1968*. Paris, Robert Laffont, Collection «Contestation», 1968, 126 p.
- BOURDIEU, Pierre, *Homo Academicus*, Paris, Minuit, 1984.
- BRILLANT, Bernard, *Les Clercs de 68*, Le Noeud Gordien, PUF, Paris, 2003, 629 p. (história do papel dos intelectuais nos anos 1960, centrada em Maio de 68).
- BRILLANT, Bernard, «Intellectuels et Extrême-Gauche: le Cas du Secours Rouge», Seminário «Les Années 68: Évènements, Cultures Politiques et Modes de vie», em http://irice.cnrs.fr/IMG/pdf/Lettre_d_info_68_no32_08-05-98.pdf.
- CERTEAU, Michel De, *La Prise de Parole et Autres Récits Politiques*, Points-Seuil, Essai n.º 281, 1994.
- CASANOVA, Jean-Claude, Declaração em «Portrait Raymond Aron l'émotion continue», *Le Monde*, 12 de Março de 2005.
- CROZIER, Michel, *La Société Bloquée*, Paris, 1970, Seuil, 249 p. (um clássico sobre a sociedade francesa na segunda metade do século passado e quem sabe se no futuro).
- DEBRAY, Régis, «A Modest Contribution to the Rites and Ceremonies of the Tenth Anniversary», trad. John Howe. *New Left Review* 115, 1979.
- DEBRAY, Régis, *Le Pouvoir Intellectuel en France*, Paris, Ramsay, 1979.
- DELEUZE, Gilles; Guattari, Félix, «May 68 Did Not Take Place», em http://illogicaloperation.com/textz/deleuze_gilles_guattari_felix_may_68.htm.
- DREYFUS-ARMAND, Genevieve; FRANK, Robert; LEVY, Marie-Françoise; ZANCARINI-FOURNEL, Michelle (orgs.), *Les Années 68. Le Temps de la Contestation*, Paris/Bruxelles, IHTP-CNRS/Complexe, col. «Histoire du Temps Présent», 2000 (resultado de um prolongado seminário no *Institut d'histoire du temps présent*, uma unidade de pesquisa do CNRS).
- EPISTÉMON, Bensaïd (pseud. de Didier Anzieu), *Ces Idées qui ont Ébranlé la France*, Fayard.
- FOUCAULT, Michel, *Dits et Écrits, 1954-1988*, 2 vols., Quarto, Gallimard, Paris, 2001.
- GALLANT, Mavis, *Chroniques de Mai 68*, col. «Rivages-poche Bibliothèque étrangère», n.º 246, 1998 (crónicas publicadas no *New Yorker*, em cima dos acontecimentos).
- GILCHER-HOLTEY, Ingrid, «Eléments Pour Une Histoire Comparée De Mai 68 en France et en Allemagne», Cahiers de Sociologie Politique de Nanterre Gap Groupe d'Analyse Politique em http://www.gap-nanterre.org/article.php3?id_article=47.
- GOFF, Jean-Pierre Le, *Mai 68. L'Héritage Impossible*, La Découverte, 1998, 476 p. (balanço pormenorizado de Maio e do após Maio de 68).
- GRUEL, Louis, *La Rébellion de 68: Une Relecture Sociologique*, Presses Universitaires de Rennes, 2004 (crítica das teses de Raymond Boudon e de P. Bourdieu).
- HABERMAS, Jürgen, *Direito e Democracia: entre Facticidade e Validade*, 2 vols., Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1997, vol. II: 103. Citado em <http://www.cfh.ufsc.br/~dich/Texto%20do%20Caderno%2010.doc> <http://www.cfh.ufsc.br/~dich/Texto%20do%20Caderno%2010.doc> em http://irice.cnrs.fr/IMG/pdf/Lettre_d_info_68_no28_12-01-98.pdf.

Quem somos? Maio de '68: a revolta da ordem contra as instituições

- HARMAN, Chris, «Quand la France prit feu: Mai 68», em <http://tintinrevolution.free.fr/fr/harman68.html>
[http://fr.wikipedia.org/wiki/Mai_1968_\(France\)](http://fr.wikipedia.org/wiki/Mai_1968_(France)).
- JOFFRIN, Laurent, *Mai 68. Une Histoire du Mouvement*, Col. «Points», n.º 495, Paris, Seuil.
- LARANÉ, André, «La Police Evacue la Sorbonne 3 mai 1968», em <http://www.herodote.net/dossiers/evenement.php?jour=19680503>.
- LEFEBVRE, Henri, *L'Irruption de Nanterre au Sommet*, Anthropos, Paris, 1968.
- LEYS, Simon, *Les Habits Neufs du Président Mao Chronique de la Révolution Culturelle*, Paris, Champ Libre, 1971 (um sinólogo competente traça um quadro crítico e hilariante da Revolução Cultural chinesa – a qual também fazia parte dos «acontecimentos» e do esquerdismo).
- LIPOVETSKY, Gilles, «May 68, or the Rise of Transpolitical Individualism», in LILLA, ed., *New French Thought: Political Philosophy*.
- LIPOVETSKY, Gilles, *L'Ere du Vide*, Paris, Gallimard, 1983 (um clássico do pósmoderno).
- MILZA, Pierre, «Italie 1968: le 'Mai Rampant'», *Matériaux pour l'Histoire de Notre Temps*, 1968, n.º 11.
- MORIN, Edgar; LEFORT, Claude; COUDRAY, Jean-Marc, *Mai 1968: la Brèche*, Paris, 1988, Fayard, 142 p. (um clássico; segundo Touraine, Morin o primeiro a escrever a sério sobre Maio de 68).
- MUSSE, Christina Ferraz, «Maio de 68 sob a Ótica do Periódico Francês *Le Monde*: A Narrativa Jornalística e a Representação do Real», *Comum*, Rio de Janeiro, vol. 12, n.º 27, Julho/Dezembro 2006, pp. 109-127.
- «Notes: May '68 vs. Charles de Gaulle», [questionsquestions.net](http://www.questionsquestions.net), 8 Mar 05
http://www.questionsquestions.net/docs/may68_vs_degaulle.html.
- RAYNAUD, Philippe; entrevistadores: Jacques De Saint Victor e Paul-François Paoli, «La Révolution: une exception française?», *Le Figaro*, 14 de Setembro de 2006.
- ROSS, Kristin, *Mai 68 et ses Vies Ulérieures*, Complexe, Bruxelles, 2005 (cuidadoso estudo sociológico, que valoriza a memória de Maio de 68 e os «arrepentidos» e, noutro plano, a micro-sociologia).
- SARBONI, Edward, «Mai 68, un formidable amplificateur», *ML* n.º 1124 (21-27 mai 1998), em http://monde-libertaire.info/article.php3?id_article=3775.
- SIRINELLI, Jean-François (org), *Les Droites Françaises de la Révolution à nos Jours*, Gallimard, 1992 (síntese de um clássico sobre a direita francesa).
- SCHUBERT, Frank; Gohr, Andreas, «Habermas und die RAF», em <http://www.rafinfo.de/archiv/files/habermas-raf.pdf>.
- STARR, Peter, *Logics of Failed Revolt: French Theory After May '68*, Stanford, Stanford University Press, 1995, xiv + 268 pp. (análisa o período 1965-1977; estuda Lacan e Althusser, entre outros).

- TOURNAINE, Alain, *Le Communisme Utopique. Le Mouvement de Mai 1968*, Seuil, 1972 (re-edição do clássico em cima da hora de 1968, encurtado, com um novo prefácio).
<http://www.euractiv.com/fr/innovation/alain-touraine-manifestations-france-liees-peur-avenir/article-153676>.
- WALLERSTEIN, Immanuel, «New Revolts Against the System»,
em <http://newleftreview.org/?page=article&view=2420>.
- WEBER, Daniel & Henri, *Mai 68: Une Répétition Générale*, Cahiers Libres 133, Maspero, 1968 (os autores, trotskistas, qualificam Maio de 68 de «ensaio geral», sugerindo assim que estava para a verdadeira revolução como o 1905 russo para 1917).
- WEBER, Henri, *Que Reste-t-Il de Mai 68? Essai sur les Interprétations des 'Évènements'*, Col. «Points», n.º 496, Paris, Seuil (já sem ensaio geral).

Interpretações sobre a Igreja Católica em Maio de 68 e no esquerdismo

- BARRAU, Grégory, *Le Mai 68 des Catholiques*, Ed. de l'Atelier, Paris, 1988 (livro escrito a partir de uma tese de «maîtrise»; faz a cronologia dos acontecimentos, a partir da arquidiocese de Paris).
- BESANÇON, Alain, «Aux Origines Religieuses de Mai 68. À propos de l'Ouvrage de Yves Congar, *Journal d'un Théologien, 1946-1956*»,
em <http://www.asmp.fr> – Académie des Sciences morales et politiques.
- COSTA, Frei Alcindo Gonçalves, «“Humanae Vitae” um ano depois», *Lumen*, Julho de 1969, p. 271.
- EDITORIAL de *Mission de l'Église*, n.º de Janeiro-Março de 2006,
em <http://mission.ccf.fr/article1083.html>.
- GOFF, Jacques Le; RÉMOND, René, *Histoire de la France religieuse*, vol. 4: *Société Sécularisée et Nouveaux Religieux*, org. de René Rémond, Éd. Seuil, Paris, 1992, 480 p., ilustrado.
- GOICHOT, Emile, «Crítica a Barrau (Gregory). Le Mai 68 des catholiques», em *Archives des Sciences Sociales des Religions*, 1998, vol. 104, n.º 1, p. 135.
- GUILLEBAUD, Jean-Claude, *La Force de Conviction*, Seuil, Paris, 2005.
- LAURENTIN, René, *Mémoires Chemin Vers la Lumière*, Fayard, Paris, 2005.
http://www.clerus.org/clerus/menu06_fra.html.
- LEBRUN, François (org.), *Histoire des Catholiques Français du XV^e Siècle a nos Jours*, Col. «Pluriel», Privat, 1980.
- «Les catholiques en France», *La Croix*, 14 de Agosto de 2006,
em http://www.christicity.com/actualite/eglise_en_france/les_catholiques_en_france.asp.
- MAYOL, Pierre, «Les Déçus du Christianisme», em «La Scène Catholique», *autrement*, 1985.
- PAPA BENTO XVI ao clero dos Dolomitas, em 2007,
em <http://www.la-croix.com/article/index.jsp?docId=2310251&rubId=4079>.
- PELLETIER, Denis, *La Crise Catholique: Religion, Société, Politique en France (1965-1978)*, col. «Payot-Histoire», Paris, Payot, 2002 (a obra mais reputada sobre o período).

Quem somos? Maio de '68: a revolta da ordem contra as instituições

SEVEGRAND, Martine, *Vers une Église Sans Prêtres. La Crise du Clergé Séculier en France (1945-1978)*, col. «Histoire», Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2004, 325 p.

VIDLER, Alec R., *The Church in An Age of Revolution 1789 to the Present Day* (1971), col. «The Pelican History of the Church», n.º 5, Penguin Books, Harmondsworth (Inglaterra), 1988, 304 p.

WOODROW, Alain, «Benoît XVI, Pape Des Paradoxes...», *Le Temps*, 21 de Abril de 2005.

Outros

ARISTÓTELES, *Política*, ed. bilingue, nota prévia de João Bettencourt da Câmara, prefácio e revisão literária de Raul M. Rosado Fernandes, int. e revisão científica de Mendo Castro Henriques, tradução e notas de António Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes, índices de conceitos e nomes de Manuel Silvestre, col. «Veja Universidade/Ciências Sociais e Políticas», Ed. Veja, Lisboa, 1998, 668 p.

CUNHAL, Álvaro, *O Radicalismo Pequeno Burguês de Fachada Socialista*, 2.^a ed., Avante, 1971, 147 p.